



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

ATA N.º 01/2023

----- Aos nove do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia de Freguesia de Algueirão Mem Martins, pelas 20h00, em sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia, no Mem Martins Sport Clube, no Largo Rossio da Fonte, n.º 6, em Mem Martins. -----

ESTIVERAM PRESENTES: -----

OS MEMBROS DA MESA: -----

A Presidente, Sra. Maria de Lurdes Tomás Alves Pedroso (PS). -----

O 1º Secretário, Sr. Paulo Alexandre Pereira de Carvalho (PS). -----

O 2.º Secretário, Sr. João Miguel Estevão Ricardo Bernardo (PS). -----

OS MEMBROS DA BANCADA, PARTIDO SOCIALISTA (PS): -----

O Vogal, Sr. José Marque Branco (PS). -----

O Vogal, Sr. João Filipe Pires Raimundo (PS). -----

A Vogal, Sra. Palmira da Conceição Santos Pereira (PS). -----

O Vogal, Sr. Carlos Alberto Ramos (PS). -----

A Vogal, Sra. Ana Cristina de Sousa de Andrade Rodrigues (PS). -----

OS MEMBROS DA BANCADA, PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD): -----

A Vogal, Sra. Margarida Maria Amaral de Brito dos Santos e Silva Brígido (PSD). -----

O Vogal, Sr. Bruno Faivre dos Santos Lopes (PSD). -----

A Vogal, Sra. Ana Sofia Fernandes Bettencourt (PSD). -----

A Vogal, Sra. Isabel Sofia Mota Fonseca Cardoso (INDEPENDENTE). -----

OS MEMBROS DA BANCADA, PARTIDO POPULAR (CDS-PP): -----

A Vogal, Sra. Ana Paula Serra Rodrigues Vieira (CDS-PP). -----

O Vogal, Sr. Carlos Henriques Pontinha Miranda (CDS-PP). -----

OS MEMBROS DA BANCADA, COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA (CDU/PCP-PEV): -----

A Vogal, Sra. Amália Rosa Rato Alface Santos (INDEPENDENTE). -----

O Vogal, Sr. Manuel Fernando da Silva Monteiro (CDU). -----

OS MEMBROS DA BANCADA, CHEGA (CH): -----



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

O Vogal, Sr. Paulo Jorge Alves Coelho (CH). -----

O Vogal, Sr. Bruno Fernando Neves Fialho Courelas (CH). -----

OS MEMBROS DA BANCADA, BLOCO DE ESQUERDA (BE); -----

A Vogal, Sra. Helena Margarida Amaral Grilo (BE). -----

OS MEMBROS DA BANCADA, PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA (PAN); -----

O Vogal, Sr. Nuno Miguel Fragoso Ribeiro (PAN). -----

OS MEMBROS DA BANCADA, INICIATIVA LIBERAL (IL); -----

O Vogal, Sr. João Filipe Esteves dos Santos (IL). -----

O EXECUTIVO DA JUNTA DE FREGUESIA, FEZ-SE REPRESENTAR PELOS SEGUINTE
MEMBROS: -----

O Presidente, Sr. Valter Manuel Antunes Januário. -----

A Tesoureira, Sra. Helena Nabais Campos Marques. -----

A Secretaria, Sra. Cristina Alexandra Pereira Trony. -----

O Vogal, Sr. Ricardo Jorge Gomes do Nascimento. -----

O Vogal, Sr. Hugo Lopes dos Santos. -----

O Vogal, Sr. Nuno Pedro Bernardo Miguel. -----

ESTIVERAM AUSENTES:

OS MEMBROS DA BANCADA, PARTIDO SOCIALISTA (PS); -----

O Vogal, Sr. Lino Manuel da Silva Pereira (PS). -----

OS MEMBROS DA BANCADA, PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD); -----

A Vogal, Sra. Inês Couto Rodrigues de Sousa e Pereira (PSD). -----

----- A reunião foi secretariada pelas funcionárias, Sra. Isabel Maria Pereira Macedo Santos e Marina Alexandra de Sousa Santos. -----

----- Às vinte horas e trinta minutos, verificada a existência de quórum, a **PRESIDENTE DA MESA, SRA. MARIA DE LURDES TOMÁS ALVES PEDROSO (PS)**, deu início à reunião,



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

agradecendo à direção do Mem Martins Sport Clube pela cedência das instalações para a realização da assembleia de Freguesia. -----

LEITURA DE CORRESPONDÊNCIA:

----- A PRESIDENTE DA MESA, SRA. MARIA DE LURDES TOMÁS ALVES PEDROSO (PS), deu a palavra ao 2º Secretário, Sr. João Miguel Estevão Ricardo Bernardo (PS), para proceder à leitura da correspondência dirigida à Mesa. -----

- Email subscrito pelo Vogal, Sr. Paulo Jorge Marques Gaspar, datado de 07/02/2023, solicita a sua substituição, por motivos profissionais na sessão da assembleia extraordinária marcada para o dia 09 de fevereiro de 2023. -----

- Email subscrito pelo Secretario Coordenador do Partido Socialista de Algueirão-Mem Martins, datado de 09/02/2023, solicita a substituição do Vogal Lino Manuel Silva Pereira, por motivos pessoais na sessão da assembleia extraordinária marcada para o dia 09 de fevereiro de 2023. ----

- Email subscrito pela Vogal, Sra. Ana Sofia Fernandes Bettencourt, datado de 09/02/2023, solicita a substituição da Vogal Inês Couto Rodrigues de Sousa e Pereira, na sessão da assembleia extraordinária marcada para o dia 09 de fevereiro de 2023. -----

PERIODO PARA DECLARAÇÕES POLÍTICAS:

----- A PRESIDENTE DA MESA, SRA. MARIA DE LURDES TOMÁS ALVES PEDROSO (PS), deu a palavra aos seguintes vogais para declarações políticas. -----

O Vogal, Sr. Bruno Faivre dos Santos Lopes (PSD): -----

" (...). Senhor Presidente aquilo que trago aqui hoje tem a ver com os transportes públicos, a Carris Metropolitana. Temos recebido diversas queixas de fregueses a dizerem que com as mudanças dos transportes rodoviários para a Carris Metropolitana, o serviço piorou em vez de melhorar que era o que era pretendido. Isto num mês e nove dias. Alguns exemplos de autocarros suprimidos, mudanças de horários, linhas que foram absorvidas por outras linhas sem haver informação ao público, falta de informação. Dou-lhe um exemplo. Uma pessoa que resida no Casal da Mata, que tenha de trabalhar em Lisboa, em que o primeiro autocarro que passa



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

naquela zona é às 07h38m, chega à estação da Portela de Sintra, depois de passar por parte do Algueirão, às 08h01m. Se esta pessoa conseguir apanhar o autocarro sem atrasos, consegue ainda apanhar um comboio para Lisboa às 08h01m. Por tanto, temos aqui um *timing* muito apertado, até porque se for um técnico de saúde que tenha rendições na sua entidade patronal às 08h00 da manhã, nunca vai chegar a horas, uma vez que este comboio só chega às 08h39m a Lisboa. Mais uma vez, em vez de se ter um serviço com uma ligação intermodal melhor, aquilo que aconteceu foi termos uma ligação pior, uma conjugação de serviços de autocarro pior do que aquilo que nós tínhamos. Já para não falar naquilo que a Carris Metropolitana tem, que é o planeador de viagens, que não é prático, não conhece nem se quer recolhesse a linha de Sintra. Se fizermos uma simulação de um transporte em que tenha que correr a linha de Sintra mandam-nos ir de autocarro até Lisboa, por exemplo, ou se for preciso manda para Cascais para apanhar o comboio em Cascais e ir para Lisboa. Ao contrário do que seria de esperar, com uma plataforma informativa muito mais ágil, prática, intuitiva e como uma pesquisa mais facilitada para o utente. Mas não é isto que temos visto ou ouvido dos utentes da Carris Metropolitana. Na verdade, não é fácil fazer esta alteração, mas no município de Sintra a mesma foi adiada e não avançou em julho para avançar em janeiro. São os mesmos problemas de outros locais. A realidade é que os sete meses de ganhos não foram para a população, que desespera por compreender o novo sistema. Já agora, com tantas alterações para termos um serviço de autocarro melhor do que o que existia, pergunto se não era de aproveitar para a colocação de abrigos nos diversos pontos de paragem de autocarros, para os utentes poderem estar abrigados. Com a informação nas paragens dos autocarros dos horários, sentidos e como é de esperar que tenham nos abrigos, a realidade é que não há. Apenas tem a indicação do número do autocarro que passa no local e não tem indicação de horários. Poderá dizer que a sua responsabilidade é nenhuma nesta matéria? Poderá, porque é sempre essa a sua resposta. Mas a verdade é que num Presidente de Freguesia (...) mais urbana do país, se empenha, que exija mais, que reivindique mais e que acima de tudo, se empenhe em ajudar a resolver as questões que afetam a população. Não há sobre esta matéria qualquer intervenção sua pública. Mas mesmo quando o questionámos aqui na Assembleia do dia 07 de junho do ano passado, o Sr. Presidente afirmou sempre que a sua expectativa era de que tudo iria correr bem. Ora não correu. (...). Por isso, a pergunta (...) que não nos cansamos de fazer, é o que é que a Junta fez? Que acompanhamento faz nestas matérias? Que sugestões de alterações apresentou? Que reuniões teve para resolver as questões mais gritantes? Quantas reuniões de Câmara com o Sr. Vice-Presidente, que tem a mobilidade, teve sobre este assunto? O que podemos esperar de alterações na Freguesia em breve? (...). ” -----



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

A Vogal, Sra. Ana Paula Serra Rodrigues Vieira (CDS-PP): -----

“ (...) O que me traz aqui é a requalificação da estação da CP de Algueirão-Mem Martins. Sendo recorrentemente falado nesta Assembleia o tema (...), vem o CDS questionar este executivo no sentido de saber que esforços têm o mesmo empreendido de forma a resolver este problema em particular. A degradação do edificado é visível. A falta de segurança é notória. A requalificação do espaço exterior, mormente do lado do Algueirão é inexistente. Sr. Presidente, uma freguesia com um número tão elevado de residentes, somos a maior freguesia do conselho de Sintra, cujo o meio de transporte utilizado é, na sua maioria o comboio, obriga a V. Exa. a exercer as melhores práticas de influência junto das mais variadas entidades, de forma que não se perpetua no tempo a resolução desta questão. Mais, como é possível não ser levado este assunto à Assembleia Municipal por parte de V. Exa.? Quando consultamos os seus propósitos de candidatura desde 2013, existe sempre um denominador comum, a requalificação da estação do Algueirão e a sua zona envolvente, mas efetivamente, ao longo dos 10 anos do seu mandato, o resultado de tal pretensão é mais do mesmo, ou seja, uma total incapacidade exequibilidade de obra. Senhor Presidente para o CDS as promessas políticas devem ter sustentabilidade factual, não devem ser um processo de intenções cujo resultado é nada. Dizer o que queremos não é de todo aceitável quando não se dispõe dos meios para realizar o proposto. Já diz o velho ditado que de boas intenções está o inferno cheio. O CDS-PP não quer, nem é seu propósito, fazer deste tema arremesso político, mas perante a falta de informação solicito a V. Exa que nos faça chegar a cronologia dos atos por vós diligenciados no sentido de saber o ponto de situação do pretendido. (...)” -----

O Presidente da Junta de Freguesia, Sr. Valter Manuel Antunes Januário: -----

“ (...) Eu quero dar nota de que parece que o CDS acordou agora. (...) Porque durante o período que estive coligado no executivo da Junta de Freguesia, nunca o tema estação de Algueirão-Mem Martins veio a discussão. Aliás nem esse nem nenhum. Porque tudo parecia estar bem. Agora não. No passado o Presidente era diligente, porque com toda a certeza não se conseguia ver problemas alguns na freguesia. O Presidente com toda a certeza, que era consequente (...) porque como (...) não havia problemas nenhum na Freguesia, portanto ele era consequente nos seus atos, só este Presidente é que não. (...) E por tanto a estação de Algueirão-Mem Martins, a par do centro de saúde do Algueirão, nunca foram problema para o CDS-PP. Agora é que acordaram (...) e perceberam que de facto que a Freguesia tem problemas. Problemas urgentes de resolver, problemas urgentes de tratar, mas foi agora. Agora é que tiveram sentido de responsabilidade. E devo dizer duas ou três coisas. Em primeiro, que o sentido de



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

responsabilidade não deve existir apenas quando estamos na oposição. Deve existir de quando estamos também no Executivo. E não devemos apenas exigir ou querer prestar contas quando estamos do lado da oposição. Em relação à (...) reabilitação da estação de Algueirão-Mem Martins poderia (...) remeter para os relatórios escritos, mas deixe-me dizer-lhe o seguinte. É preocupação do Partido Socialista, e meu, e deste executivo, que (...) a reabilitação da estação de Algueirão-Mem Martins seja uma realidade. Existe, tanto quanto sabemos um projeto das Infraestruturas de Portugal, que está em sintonia com a Câmara Municipal de Sintra, a fazer uma avaliação dos problemas e a identificação dos problemas, já foi feito há um ou dois anos antes, e que neste momento se prepara, estamos nos projetos finais e se prepara para apresentar aquilo que (...) será a solução. Se eu concordo? Direi que poderia ter sido um bocadinho mais ambicioso e não o escondo (...) do que aquilo que efetivamente foi. Mas disso a responsabilidade será das Infraestruturas de Portugal, que é a entidade que compete fazer essa requalificação, e, portanto, é a ela teremos de falar da responsabilidade. Relativamente à questão da mobilidade de transportes, quero dizer-vos que tanto quanto sabemos, se na Câmara tem havido algumas reclamações, acredito que o PSD não tenha recebido centenas de reclamações. Agora, de facto, neste momento a empresa depara-se com um problema que é a falta de recursos humanos, e especificando a ausência de motoristas, para conseguir completar aquilo que é a sua oferta em termos de linhas. Aliás (...) com toda a certeza perceberam que o número de paragens de autocarro, aumentaram na Freguesia e portanto, não eram aquelas que existiam no passado. É evidente que nós estamos a um mês depois da implementação de todas estas alterações haviam, ou ainda há motoristas com dificuldade em reconhecer o percurso, o trajeto a fazer e por tanto são necessariamente situações que têm que ser limadas e acredito eu, com a disponibilidade que a mobilidade de transportes está a ter, e acredito eu, com o aumento do número de motoristas, que a questão seja rapidamente resolvida. Aliás, (...), sabe que o número de queixas e de reclamações na Câmara Municipal têm vindo a diminuir e portanto, significa que tem sido dada uma resposta aquilo que são as preocupações, os problemas das pessoas. Relativamente aos abrigos de autocarro, é curioso ser o Bruno Lopes a fazer essa questão. (...) Porque (...) no passado nem conseguiam (...) colocar o abrigo de autocarro na Avenida Marginal. Diziam que não conseguiam que era impossível. Meses depois, nós tínhamos o abrigo de autocarro no nosso mandato, colocado. É evidente que existem mais situações onde devem existir abrigos de autocarro e esse levantamento terá de ser feito e terá de ser comunicado para que sejam colocados abrigos de autocarro. Mas, deixem-me dizer-vos o seguinte (...) os abrigos de autocarro ou são colocados pela Câmara Municipal, ou são colocados pela entidade que faz a gestão da publicidade externa. E, portanto, dependerá sempre da colocação dos abrigos na Freguesia nesta



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

e noutras, dependerá sempre da vontade da Câmara ou (...) da empresa que gere a publicidade no conselho. (...).” -----

----- **ASSUNTOS AGENDADOS, PARA DISCUSSÃO E ANÁLISE:** -----

----- A PRESIDENTE DA MESA, SRA. MARIA DE LURDES TOMÁS ALVES PEDROSO (PS), deu início à análise do **PONTO 1** - *Análise, discussão e informação sobre o estado da saúde na freguesia de Algueirão Mem Martins, particularmente os problemas existentes no centro de saúde*, dando a palavra a quem se quis pronunciar: -----

A Vogal, Sra. Ana Sofia Fernandes Bettencourt (PSD): -----

“ (...). O ponto de ordem tem a ver com a epigrafe do próprio agendamento e aquilo que têm sido as discussões aqui, a Senhora Presidente disse que foi uma proposta do Partido Chega, sendo verdade que foi uma proposta apresentada pelo Partido Chega em Conferência de Lideres, aceite pela maioria dos representantes políticos, à exceção do PS e não foi agendada depois foi um requerimento apresentado aqui em sede de Assembleia, subscrito pelo Chega, PAN, CDS-PP, PSD e Iniciativa Liberal...” e o BE não referido pela vogal “...e que deu origem a esta marcação e quando eu lhe disse, quando vai invocar e diz terminado, então enquadra na verdadeira acensão da palavra quem são os partidos subscritores do requerimento que dá origem a este agendamento e os partidos subscritores do requerimento que dá origem a este agendamento é CHEGA, o PAN, o CDS-PP, PSD e Iniciativa Liberal, que depois não tiveram oposição de mais nenhum partido, mas estes são os partidos que propõem em sede da Assembleia o agendamento desta iniciativa.”

O Vogal, Sr. Paulo Jorge Alves Coelho (CH): -----

“ (...). A bancada do Partido Chega aproveita esta (...) Assembleia Extraordinária para informar de alguns problemas do Centro de Saúde de Algueirão-Mem Martins. Eles são vários, várias vezes foram expostos, penso que toda a gente sabe quais são, então nós optamos por, num universo de cinco mil seguidores, fazer um pequeno inquérito e nesse inquérito deixamos que os fregueses respondessem a algumas perguntas, perguntas tipo (...) o que achas das condições do Centro de Saúde de Algueirão-Mem Martins? Toda a população foi de acordo, ou quase toda, que tem umas boas condições, é um edifício excelente, no entanto o espaço exterior não tem condições. Os elementos, o calor, a chuva, massacraram as pessoas que estão à espera de serem atendidas, já de si afetadas pelos longos períodos de espera. Muitas delas chegam de madrugada para garantir uma consulta, quando sabemos que já estão doentes, ainda se expõem mais aos elementos da



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

natureza, as suas melhoras não são uma certeza. Além disso, o espaço interior tem capacidade para ter duas a três vezes mais cadeiras, o que permitira acomodar mais utentes, livrando assim os mesmos dos elementos atmosféricos da rua. Perguntámos também como e que classificava o atendimento telefónico? (...) Na maior parte dos utentes não conseguem fazer uma chamada telefónica e quando a tentam, toca, toca, toca, ninguém atende. Como classifica o processo de obtenção de receitas no Centro de Saúde? Este aqui é o que a população mais está concordante. É um procedimento que reúne o consenso dos utentes, que não é mau, apesar de várias queixas de pedidos de receituário que desaparecem, têm de voltar a serem pedidos e o tempo que isso leva. Muitas vezes os utentes ficam sem medicação (...) que tanto necessitam. Além disso, têm de voltar a estar numa fila enorme, para que o segurança lhe volte a entregar um formulário de pedido. O que tem a dizer das filas de espera, dos atendimentos para a marcação? Bom, aí o que foi dito foi que existem filas, muitas vezes com mais de 300 pessoas e mesmo essas 300 pessoas não é um número real, uma vez que outras 300 já estiveram lá e voltaram, foram-se embora porque não iam ficar à espera, neste ponto, toda a população que respondeu nos disse a mesma coisa, é muito, muito mau. Filas desde as três, quatro da manhã, expostas aos elementos atmosféricos e quando às oito horas as portas são abertas, as pessoas não podem entrar, têm de continuar na rua (...). Poderiam colocar mais cadeiras dentro das instalações fazendo com que as pessoas entrassem depois de terem sido registadas e à medida que são registadas, subir ao primeiro piso. Coisa que acontecia no Centro de Saúde antigo e que fazia com que não tivesse tantas pessoas dentro das instalações. À pergunta, os médicos existentes são...? Cem por cento das respostas foi, insuficientes, poucos ou inaceitáveis. À pergunta, os enfermeiros são...? A mesma situação. Mesmo achando que são poucos aqui os utentes inquiridos acham que o rácio é menor quando comparados com o rácio dos médicos. À pergunta o pessoal administrativo é...? A mesma situação. Poucos e alguns com formação só para fazer uma determinada função. Pedimos também a opinião dos utentes sobre o que é que poderia ser feito para melhorar. Então aqui as respostas são, melhorar as condições do pessoal médico, do pessoal de enfermagem e do pessoal administrativo de forma a cativar os mesmos para ficarem ou virem prestar no Centro de Saúde. Fazer o recrutamento de mais pessoal, formação do pessoal existente. (...) Chegamos à conclusão (...) que 80% da população inquirida acha que o serviço no novo Centro de Saúde está igual ou pior, mesmo sendo de condições melhores do Centro de Saúde novo. À pergunta, tenho médico de família? 60% da população diz que sim, (...) mas ainda 40% dos inquiridos diz não ter médico de família. Sabendo que o Senhor Presidente não teve acesso ao inquérito e como tal não teve oportunidade de responder, gostaria de lhe endereçar algumas perguntas que consideramos pertinentes e são da preocupação dos nossos fregueses e utentes deste centro. E as perguntas



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

são, o que acha das filas de espera no atendimento? O que acha da ideia de colocarem mais cadeiras nas instalações? O que acha de abrirem o piso superior para os utentes já registados possam libertar espaço no piso inferior? O que acha de se adquirir equipamento informático adequado às necessidades, visto este é lento ou não imprime, ou não tem toner ou tem de se desligar o computador e voltar a ligar para ele funcionar? O que acha do procedimento para obtenção de receita no Centro de Saúde? E por último porque é que a marcação de consultas não está disponível on-line, mesmo de quem tem médico de família, coisa que se tivesse a acontecer poderia descongestionar o Centro de Saúde e acabar com as longas filas de espera. (...)". -----

A Vogal, Sra. Ana Paula Serra Rodrigues Vieira (CDS-PP): -----

" (...). O Centro de Saúde de Algueirão-Mem Martins imbuído numa área que serviria 62 mil habitantes (...), com quatro unidades de saúde, tem 43.223 utentes inscritos. A 1 de dezembro de 22, 30.885 desses utentes não tinham ainda médico de família, o que corresponde a 71% dos inscritos nesse centro de saúde. Seriam necessários mais 18 médicos, além dos existentes, que em meados de janeiro se contavam unicamente 7. Presumo que à data de hoje sejam menos. Com vista a propor soluções aos problemas existentes, no passado dia 21 de janeiro a variação do CDSPP solicitou ao ACESS informação sobre o total de médicos que compõem as quatro unidades que integram o centro de saúde Algueirão Martins. Essa informação nunca chegou. Vê-se também nesta atitude a vontade de resolver as situações. Avaliando resumidamente o presente funcionamento do centro de saúde Algueirão - Mem Martins, o que é que observamos? Tem uma estrutura física adequada em termos de gabinetes para médicos. Tem uma estrutura adequada para o pessoal de enfermagem. Tem uma estrutura adequada para os administrativos. Não tem. Médicos são claramente insuficientes. Não tem. Enfermeiros também não existem em quantidade suficiente. Não tem administrativos a avaliar pela experiência dos utentes por não terem resposta via telefónica ou eletrónica às questões colocadas. Não tem uma estrutura exterior adequada para os utentes ficarem horas à espera das marcações de consultas por falta de outras soluções. Já no passado, pouco depois de construir o centro de saúde Algueirão Martins, o CDSPP alertou para a necessidade da construção de um telheiro de proteção da chuva e sol junto ao edifício para o usufruto dos utentes que ficavam horas à espera. O mesmo assunto foi falado em reunião de Câmara, em Assembleia Municipal e também já aqui na Assembleia de Freguesia. Voltamos a insistir que a construção de um telheiro de proteção da chuva e sol é necessário. Não tem. Não tem. Não tem. Não tem. Não tem. Não tem. Não tem protetor junto ao edifício é essencial, tal como foi nos diversos Centros de Saúde de Sintra, na altura da pandemia, em que estava limitado



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

o número de utentes no interior das instalações e estes tinham que esperar no exterior. Em outras freguesias do nosso Conselho, o problema foi encarado com seriedade e foram encontradas soluções alternativas. Porém, no Centro de Saúde de Algueirão- Mem Martins, nunca foi construído esse telheiro no período de pandemia nem resolvido o problema que pesa nos utentes deste centro. Considerando que ao dia 1 de cada mês, no dia da marcação de consultas, as filas que se formam são de horas de espera, que os utentes continuam a ficar ao sol, chuva, vento, frio, a construção deste telheiro continua a ser essencial. Também, pelas horas que os utentes são obrigados a esperar, além do telheiro protetor, são necessários bancos e bebedouros no exterior. Para quem espera longas horas, todas estas alterações serão uma mais-valia, enquanto não se consegue resolver o problema da falta de médicos e do número de consultas adequado. De realçar que mais de metade da população que recorre ao Centro de Saúde não pode estar horas em pé por ser idoso, por poder ter qualquer tipo de deficiência, por poder ser doente com menos capacidade física ou por ser mulher grávida. Já se referiu o facto de poder vir a haver renovação de receitas por via eletrónica, eventualmente de vídeo consultas, para os utentes com maior dificuldade de locomoção. No entanto, as receitas via eletrónica já existem há vários anos e as vídeo consultas também necessitam de médicos, pelo que se tornam, para já, impraticáveis. A isto, acresce que muito dos idosos têm dificuldade na utilização dos meios digitais, tornando difícil a comunicação por estes meios, o que obriga a recorrer pessoalmente ao Centro de Saúde e a ficar horas à espera em pé, sujeitos a todas as intempéries que permitem a do ano determinar. Por tudo o que já foi referido, se confirma, uma vez mais, a falta de interesse e respeito pelos residentes utentes desta freguesia.” -----

O Vogal, Sr. Nuno Miguel Fragoso Ribeiro (PAN): -----

” (...). A 15 de setembro de 1979 é publicada em Diário da República a lei número 56 barra 79 que cria o Serviço Nacional de Saúde, concretizando o direito à proteção da saúde, prestação de cuidados globais de saúde e o acesso a todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica e social. O diploma que ficou imortalizado como lei *Arnaut*, graças ao seu criador, e é um dos marcos dos primeiros anos da democracia após 25 de abril de 1974 e assemia a responsabilidade do Estado português na proteção da saúde individual e coletiva. Sendo o sistema de saúde português constituído por três importantes setores, o Estado que intervém como regulador de todo o sistema, como planeador, como prestador e financiador do Serviço Nacional de Saúde, o setor social com relevante intervenção, principalmente nos cuidados continuados e o setor privado, com importante papel na prestação de alguns tipos de cuidados. Durante os últimos 40 anos o papel do Estado, do setor social e do setor privado mudaram, quer na sua definição,



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

quer na relação entre eles. Embora a sua inauguração em 25 de abril de 2021, representando uma melhoria em termos de condições materiais e estruturais face à que se possuía anteriormente, o Centro de Saúde, infelizmente, continua a não corresponder às expectativas que a população de Algueirão- Mem Martins tinha para um equipamento que serve uma das maiores e mais populosas freguesias do mundo. A eterna necessidade de mais profissionais de saúde, como médicos, enfermeiros, mas também administrativos, pessoal auxiliar e de cuidados e de atendimento para a psicóloga, é uma das insuficiências e carências desta unidade de saúde de cuidados básicos. Muitos dos utentes do Centro de Saúde de Algueirão-Mem Martins não têm médico-família. Com 43 mil inscritos, são cerca de 2 mil os utentes que não têm um médico. Conseguir marcar uma consulta é um pesadelo para milhares de utentes, aonde existem manhãs em que o tempo de espera seja de mais de 4 horas para ser atendido, sem falar nas filas intermináveis de pessoas que estão horas na rua para conseguir uma consulta, e as mesmas vão para a porta do Centro de Saúde às 4 da manhã para conseguir uma senha. Deste modo, os Centros de Saúde já não são capazes de manter as necessidades habituais, existindo dificuldades em marcar consultas e a constante pressão nas unidades locais como o novo Centro. Nem mesmo com a construção do novo Hospital de Sintra, financiado pela Câmara Municipal e com inauguração prevista para os próximos anos, ficará sem sentido. Se continuarem a faltar médicos, enfermeiros, pessoal auxiliar administrativo, em suma, tudo isto se resume em infraestruturas que já não são adequadas à população local ou, na existência das mesmas, a falta de pessoal qualificado e generalizado. Não se trata de penalizar este ou aquele executivo camarário de freguesia, até porque o problema da saúde é uma carência nacional e é algo que nos afeta há décadas, por isso seria demasiado redutor culpar apenas quem está à frente das respetivas pastas neste momento. Também sabemos que não compete ao executivo do Algarve Martins a contratação de mais pessoal qualificado, mas compete a todos nós pedir a quem direito que se melhore o estado da saúde dos fregueses da nossa junta e das suas carências. A saúde é o tema que nos une a todos, ou pelo menos nos deveria unir. Que maior convergência poderíamos ter, independentemente das questões ideológicas de cada um, devemos sempre debater os problemas existentes na nossa freguesia e para o debate, o Pessoas Animais Natureza está disponível, como sempre esteve disponível. (...).” -----

A Vogal, Sra. Margarida Maria Amaral de Brito dos Santos e Silva Brígido (PSD): -----

” (...). Os cuidados de saúde primários são considerados por muitos a porta de entrada no Sistema Nacional de Saúde. Em Sintra, o ACES Sintra, Agrupamento de Centros de Saúde, conta com uma direção executiva, um conselho clínico, uma unidade de apoio à gestão, portanto serviço aos



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

utentes, através das unidades de saúde familiares, são unidades constituídas por médicos, enfermeiros e secretariado clínico, onde supostamente todos os médicos e inscritos têm médico e enfermeiro de família que os acompanha nas várias etapas do ciclo de vida, visando a promoção e a prevenção da doença, quando a mesma instalada compromete-se no seu acompanhamento. É que também as unidades de cuidados de saúde personalizados, maioria aqui na nossa freguesia, constituídas por médicos de família, alguns utentes estão inscritos nestas listas, outros médicos que prestam serviço ao grande número de utentes sem médicos de família atribuído, enfermeiros e assistentes técnicos. Porque a utilização da consulta é mais de carácter remediativo, os utentes na sua maioria procuram um médico por sintomas e não tanto por prevenção. Também é constituído por unidades de cuidados na comunidade, no nosso caso a OCC Cruzeiro, constituída por enfermeiros e outros técnicos que prestam serviço na comunidade, no domicílio do utente, nas IPSS, nas escolas através da saúde escolar, por exemplo. Também tem uma unidade de recursos assistenciais partilhados que serve o ACES Sintra e no caso do Algueirão serve a nossa comunidade a tema parcial, uma psicóloga, assistente social, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional e uma médica dentista. Também existe a unidade de saúde pública, também a única para o ACES, que designa enfermeiros, médicos de saúde pública, técnicos de saúde ambiental e higiene (...) para servir os nossos fregueses. Pelo número de inscritos os recursos são manifestamente poucos, não serve o princípio com que os cuidados de saúde primários se identificam, promoção da saúde, prevenção primária e secundária da doença. Nem tão pouco serve o acompanhamento na reabilitação quando o diagnóstico é feito. Sabemos existir muito trabalho a fazer na articulação entre cuidados de saúde hospitalares e cuidados de saúde primários, por exemplo, quando há alta hospitalar em que o doente requer cuidados de continuidade. Segundo a Organização Mundial de Saúde, a definição do termo de saúde implica um estado de bem-estar físico, mental, social, completo e não meramente a ausência de doença ou doenças. A simples gestão de uma medicação prescrita tem uma complexidade que vai desde o entendimento que o utente faz daquilo que lhe foi dito, as crenças que associa ao benefício que daí virá. Assim, quanto mais a comunidade, neste caso a Junta, articula com os cuidados de saúde primários, de forma a consertar estratégias promotoras da literacia em saúde, mais ganhos a nossa população terá. Colaborar na capacitação dos fregueses, de modo a serem agentes ativos no seu autocuidado, logo trabalhando na prevenção de doenças crónicas, como por exemplo a diabetes tipo 2, a higiene dos sonhos, gestão de estresse, balanço entre a vida pessoal e trabalho. Existem poucos médicos, sem dúvida, mas estarão os nossos fregueses orientados como podem fazer para lhes aceder? Quando devem ligar ou não para a linha SNS 24, que benefícios terão? Quando se devem dirigir a um hospital, as regras mudam com regularidade? No



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

nosso entender, a Junta tem que ter um papel ativo como facilitador da comunicação aos fregueses, solicitando ao Centro de Saúde que divulgue os seus critérios, fazendo eco dos mesmos para a comunidade, que muitas vezes nem a língua portuguesa conhece. Outro exemplo, na saúde oral, os dentistas são insuficientes. Temos um para a comunidade de Algueirão, que divide o seu tempo com outras comunidades do Conselho. Sabemos que o programa dos cheques dentista fez chegar aos utentes da nossa comunidade cheques. No entanto, a taxa de sub uso foi baixa. Hoje, a Junta, preocupada com a saúde dos seus fregueses, faça análise destes resultados com o Conselho Clínico do ACES, propondo e desenvolvendo estratégias que potenciem a sua utilização. Desde o início da pandemia, que deixou de existir a preparação para a parentalidade. E agora? Não regressam os cursos? Seria importante a articulação para perceber o que se passa, se existe alguma necessidade que possa ser suprida com a ajuda da Junta. Sabemos que, nesta fase, os novos pais estão disponíveis para investir na descoberta dos cuidados. Queremos prevenir, não remediar. No âmbito da saúde infantil, estuda-se o impacto que as máscaras tiveram no desenvolvimento das crianças. As consultas presenciais foram diminutas e, neste momento, a equipa local de intervenção precoce, que é também funcionando no ACES e aqui no OCC Cruzeiro, acompanha 278 crianças entre os 0 e os 5 anos com vulnerabilidade ou patologia no seu desenvolvimento da nossa comunidade, em Algueirão. Tendo vindo a aumentar o número de crianças referenciadas que não têm vaga no contexto educativo. Muitas destas crianças, pelas suas características, beneficiavam do espaço de acolhimento, onde pudessem estar com outras, promovendo a interação. Existe, no Conselho, um espaço de autarquia, a Sala XS, no Cacém, com provas dadas de boas práticas. Não seria possível contar com o Presidente da Junta para que também os fregueses de Algueirão pudessem ter um local de acolhimento temporário? As crianças e os adolescentes, preocupados com a pouca vigilância em saúde, quer no âmbito dos rastreios, por exemplo, os oftalmológicos e da audição, competências essenciais para se estarem aferidas para o percurso escolar, refletindo os dados que vêm chegando ao aumento das perturbações de ansiedade, a mudança de paradigma da socialização, que cada vez coloca os mais jovens sozinhos em casa, mas acompanhados virtualmente por outros, queremos perceber que estratégias têm sido feitas para a obtenção de feedback de quantos fregueses têm recebido o apoio das entidades com protocolo com a Junta, validadas por nós. Por exemplo, a Santa Casa da Misericórdia, que manifesta disponibilidade para acompanhamento psicológico e de enfermagem transversal em termos etários, a APDJ, a Casa de Saúde da Idanha, que tem protocolo com a consulta externa de pedopsiquiatria e a Câmara Municipal de Sintra, estão ou não a ser capazes de responder, têm ou não tempo de lista de espera. No nosso entender, a Junta pode ter um papel ativo na sensibilização para os sinais de alerta, facilitando a diminuição do estigma da



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

vulnerabilidade em saúde mental. O Plano Local de Saúde, para além de ter como primeira linha a necessidade de intervenção em saúde mental, traz também as doenças associadas ao comportamento, nomeadamente a diabetes. Mais uma vez, pode ser difícil obter recursos técnicos, mas, Sr. Presidente, muito há para fazer na prevenção destas doenças, através da mobilização das possibilidades de potenciar os espaços comunitários para o movimento e a sensibilização do autocuidado. Reunindo com o Centro de Saúde e técnicos, certamente o Sr. Presidente pode ser interlocutor das necessidades dos fregueses, aferir as possibilidades com junta de resposta, alargando e sendo eco das mesmas junto da Câmara Municipal de Sintra. Relembramos que os fregueses, entre os 35 e os 65 anos, também precisam de ser cuidados. Muitas vezes são geração sanduíche, cuidam e são responsáveis pelos mais novos, os seus filhos, e são chamados a cuidar dos mais velhos, muitas vezes que também deles cuidaram. Pode, certamente, no nosso entender, claro, a junta ser interlocutora e facilitadora da difusão dos apoios existentes, por exemplo, do apoio aos cuidadores informais. Neste momento, são muitas as necessidades no âmbito dos cuidados de saúde primários. Muitas não estarão na mão da junta a sua resolução, mas, certamente, na mão do Sr. Presidente e dos seus colaboradores, o papel de colaborarem na missão dos cuidados de saúde primários, promover a saúde, proteger a doença, ser interlocutor, a voz dos fregueses, com as diferentes entidades, às quais a acessibilidade para estes fregueses nem sempre é fácil. (...)."

O Vogal, Sr. João Filipe Esteves dos Santos (IL): -----

" (...). Temos um tema de grande amplitude, um tema de grandes controvérsias e divisões diferentes. Mas, se queremos solucionar o problema, temos que analisar a situação em que nos encontramos. Aquilo que vivemos todos os dias na freguesia é uma réplica do que acontece no país. O estado de saúde em Portugal degradou-se, e desde sempre que não temos uma política de saúde, unicamente uma ideologia cega que se agravou em 2016 por uma geringonça que encontrou os limites na realidade que ia mostrando, como no caminho que tomaram se revelou desastroso e errado. E mesmo assim obstinam-se. A extinção das PPPs nos hospitais, que são pretextos que os privados não queriam aceitar as novas condições impostas e põem o ONU na falha da operação nas mesmas, é dos exemplos mais gritantes. E isto mesmo sabendo que as PPPs tinham uma melhor gestão que os hospitais públicos. Pois o Tribunal de Contas revelou, num relatório, essa mesma conclusão. Poupanças na ordem de 200 milhões de euros. Este é o grande desígnio da política praticada há 7 anos, esconder a falta de gestão e de alocação de recursos, por parte de gestores públicos que se revelaram impreparados e de curtos na visão que se requer. Sobretudo é preciso não haver comparação para não mostrar como os nossos



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

impostos são mal utilizados. O cenário poderia ser ainda pior se não fosse o grande profissionalismo e abnegação dos profissionais de saúde que estão na primeira linha e que tentam remendar um sistema que está a romper pelas costuras. Prometem-nos uma saúde grátis e acessível a todos, o que vejo é um sistema que fornece acessibilidade a lista de esperas, a um sistema dispendioso e que encarece cada vez mais. Se isto é o serviço público, alguém está a enganar os portugueses. Aprendi ao longo da vida que nada é grátis e quando peço que me provem que a saúde pública é grátis, ninguém consegue, porque ela tem custos e a fatura é paga por todos nós em impostos. Sim, a saúde tem custos e não é grátis e a noção de ser tendencialmente grátis parece-se estar aos antípodas da realidade pois a saúde tem custos e tendencialmente mais cara. Os investimentos em tecnologias cada vez mais inovadoras, novos medicamentos, novos tratamentos para as doenças que eram há uns anos incuráveis e que hoje já são tratáveis, tudo isso requer investimentos avultados. A questão é a seguinte, quem faz os investimentos? O Estado? Em infraestruturas, sim, temos o exemplo do centro de Martins, e o resto, não, têm sido os privados. E como em tudo, para continuar a investir, as empresas têm de ter receitas para continuar o círculo de investimento produção, venda, receita e, novamente, investimento. Bem, Martins é uma freguesia mais populosa de Portugal, temos uma população envelhecida, que requiere muitos cuidados médicos, análises, exames e medicação. Quando vão fazer análise ou exames onde vão? A uma entidade pública? Não. Todos nós vamos a entidades privadas onde os exames são partilhados pelo Estado. Porque não é possível replicar isso com uma simples consulta. Um médico tem de ser um funcionário público? A minha resposta é não. Um médico tem a liberdade de exercer-se a sua honrosa profissão, onde entender? No SNS, no privado, ou mesmo de forma voluntária, numa qualquer missão humanitária. Mas é uma liberdade do profissional. Porque não termos os nossos fregueses que não conseguem médico de família no centro de saúde, ou mesmo uma consulta urgente, a consulta a médicos numa clínica geral, numa entidade privada, com participação do Estado. Ou mesmo ir ver o especialista o quanto antes para ser diagnosticado enquanto a pessoa tem tempo de ser tratada, e não ser necessário o paciente esperar uma consulta durante mais de 6 meses, no melhor dos casos, e perceber que já vai tarde para um tratamento simples. E que é obrigado a recorrer a uma cirurgia ou a um tratamento bem mais penoso, com implicações nocivas, em alguns casos, para o resto da sua vida. Porquê e para que esta cegueira ideológica? A freguesia dispõe de um leque alargado de estabelecimentos médicos que são utilizados pelos que têm seguro de saúde. O número, desde 2015, duplicou em Portugal, nesta governação, passando de 700 mil a 1 milhão e 400 mil detentores de seguro de saúde, segundo os dados oficiais. Os seguros são cada vez mais acessíveis, e vêm dar uma resposta aos problemas que o SNS tem, e não consegue resolver. O



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

nosso centro de saúde tem ainda graves problemas. Ao fim de décadas, confinado num prédio sem condições, foi finalmente inaugurado, com bom parecer de constância, um 25 de Abril. Talvez para recordar abril. Mas abril é também servir a população e dar soluções aos fregueses. A organização em USF é uma boa medida. Mas, como em tudo que este governo mexe, teve de complicar algo simples. E então dividiu a USF em A e B. Sendo que um deles, a mais eficiente, requer critérios, uma organização que nem todos podem obter, ou, quando desejam, não a conseguem impor, porque a cota de USF admitida foi ultrapassada. Porquê não fazer logo USF eficientes? Porquê dividir a saúde em departamentos menos eficientes e outros mais eficientes? Não sei mesmo do SNS. Razões financeiras? Razões humanas? Razões ideológicas? Hoje temos as instalações, mas os problemas continuam na mesma. Na mesma? Não. Sejam honestos, houve melhorias, mas muito pequenas. Porquê? Porque faltam médicos e enfermeiros. Perguntarão como faltam médicos se existem clínicas a abrirem todos os dias ou hospitais privados a nascerem em todo o lado. Porque os profissionais de saúde querem o que nós todos queremos. Quando trabalhamos. Boas condições de trabalho, serem reconhecidos e terem uma remuneração condizente com o seu esforço. Pois, não vejo isso. Quando os médicos e enfermeiros emigrar ou quando não emigram é ser aliciados por boas propostas no sector privado. O Estado não é um bom gestor de recursos humanos e podemos ver isso com todas as categorias dos funcionários públicos nas diversas vertentes. Saúde, segurança, ensino, justiça. Não existe uma que não apresente reivindicações e sem medir-se agora são os profissionais que estão em greve. Amanhã quem será? Na iniciativa elaborada quisemos dar o início de resposta e foi recomendada em sede da Assembleia Municipal a contratação de um plano de saúde para os municípios por forma a suprimir as evidentes carências à semelhança do que foi feito em Figueira de Castelo Rodrigo e Porto Mocho. A nossa população teria acesso a 80% dos serviços que necessita sem restrições de idade, de limite de permanência, de doenças crónicas ou para a existência e teria ainda consultas ao domicílio, medicina dentária, acesso a óticas convencionadas, clínica geral e consultas especialidades bem como consultas telefónicas e online. O custo seria marginal, pois teria um impacto de 0,8% no orçamento da Câmara. A proposta foi rejeitada com votos contra do PS. Uma solução deste nível de a freguesia poderia ser considerada e estudada. As competências da Junta estão neste momento muito limitadas, reconhecemos isso. Mas mais pressão junto da Câmara e o estudo de uma solução como esta apresentada seria um bom passo para começar a resolver o problema da saúde em Algueirão Mem Martins. O Estado tem de garantir a saúde aos portugueses, não tem de prestar esse serviço. Tem de regular o setor e reunir as condições para que o público e o privado em conjunto forneçam os cuidados que todos nós precisamos. Todos nós aqui queremos a mesma coisa, uma



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

saúde universal para todos. O que nos diferencia é o caminho para lá chegar. Demonizar os privados é o mesmo que bater na mão que vos alimenta, pois todos nós trabalhamos em empresas e são elas que asseguram os vencimentos, os investimentos e, mais importante, asseguram o crescimento do nosso país. Deixemos de olhar para a árvore e vamos olhar para a floresta. Deixemos o acessório e vamos trabalhar para o essencial. Façamos isto com espírito crítico e racional e deixemos a ideologia de lado para salvar a saúde dos portugueses. Uma solução de fundo e global é necessária. (...)". -----

A Vogal, Sra. Helena Margarida Amaral Grilo (BE): -----

" (...). A nossa Constituição prevê no seu artigo 64 que todos têm o direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover. Esse direito à proteção da saúde é realizado através de um Serviço Nacional de Saúde Universal e Geral e tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos tendencialmente gratuito. Pela criação de condições económicas, sociais, culturais e ambientais que garantam designadamente a proteção da infância, da juventude e da velhice e pela melhoria sistemática das condições de vida e de trabalho, bem como pela promoção da cultura física e desportiva, escolar e popular e ainda pelo desenvolvimento da educação sanitária do povo e de práticas de vida saudável. Para assegurar este direito à proteção da saúde, incumbe prioritariamente ao Estado garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação. Por outro lado, a Lei nº 75 de 2013, de 12 de setembro, confere às freguesias atribuições no domínio dos cuidados primários de saúde. Estes representam o primeiro nível de contato dos indivíduos, da família e da comunidade com os cuidados de saúde e constituem uma resposta de proximidade e continuidade no processo assistencial. Eis o porquê discutirmos aqui hoje estas matérias de importância máxima na nossa freguesia. E já agora, mesmo que as autarquias locais não tivessem quaisquer responsabilidades no domínio da saúde, discutir o estado da saúde e, em particular, a capacidade de resposta do Serviço Nacional de Saúde nesta Assembleia faria todo o sentido porque a dificuldade de acesso aos cuidados é um problema amplamente reconhecido que afeta a população desta e é uma das maiores freguesias do país. Fomos eleitos e eleitas para defender os interesses da população e é isso que aqui estamos a fazer hoje. Algueirão Mem Martins tem falta de médicos de família há muitos anos. Era de adivinhar que, com a inauguração do novo Centro de Saúde em 25 de abril de 2021, os médicos não aparecessem todos de um dia para o outro. No entanto, mês após mês, surgem os mesmos problemas. Cerca de 60% da população da freguesia que se encontra inscrita no Centro de Saúde não tem médico de família. Os dados de janeiro de 2023 da Administração Regional da Saúde



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

contam com cerca de 44.000 utentes inscritos, 27.346 mil, 61% da população sem médico e apenas 17.073 com médico de família, 10 médicos e uma população, sobretudo jovem, entre os 25 e os 60 anos. É certo que não compete à Junta de Freguesia disponibilizar médicos, mas é fundamental que o Poder Local de Proximidade expresse de forma pública e audível a sua indignação com esta situação e exija a idêntica atuação da Câmara Municipal e as respostas devidas ao Governo Central. Juntos, seremos mais fortes a fazer esta pressão para que a população, para que cada um de nós, os nossos vizinhos e vizinhas, possa ver cumpridos os seus direitos. As pessoas aguardam à porta do Centro de Saúde, algumas vezes às 4, 5 da manhã, todos os primeiros dias do mês, na tentativa de arranjar uma consulta para esse mês, no que deviam ser cuidados primários de saúde que garantissem a saúde para todos e todas. Sabemos que irá abrir um novo concurso público para médicos, no entanto, apenas 196 vagas se destinam à Medicina Geral e Familiar, o que não abrange toda a falta de médicos que existe neste país, porque são 196 vagas para o país inteiro. Entendemos que a falta de médicos na região de Lisboa e Vale do Tejo se deve às más condições de trabalho, falta de meios técnicos e humanos e de cada vez mais elevado custo de vida na área metropolitana de Lisboa, que penaliza fortemente o Conselho de Sintra, sobretudo na nossa freguesia. E não me engano quando falo em más condições de trabalho, pois apesar de termos boas instalações no Novo Centro de Saúde, os nossos profissionais são esmagados pelo volume de trabalho, pela falta de oportunidades de evoluir na carreira ou para aprender e investigar em mais e pelos salários que não chegam para pagar o custo de vida cada vez mais alto na freguesia. Para além dos médicos, faltam ainda no Centro de Saúde de Algueirão Mem Martins, enfermeiros, assistentes técnicos e operacionais e outros profissionais indispensáveis para o bom funcionamento do mesmo. Esta prestação de cuidados de saúde primária é também prejudicada pela falta de meios técnicos e logísticos, nomeadamente material e viaturas para a deslocação dos profissionais à prestação de cuidados domiciliários. As pessoas que querem recorrer a um médico muitas vezes recorrem ao hospital, quando os cuidados primários deveriam ser, além de um recurso ativo para a promoção, manutenção e vigilância da saúde das populações, a primeira linha de triagem e tratamento de doenças menos graves. E por falar em hospital, não nos esqueçamos que em breve teremos uma extensão do Hospital Professor Dr. Fernando Fonseca a funcionar nesta freguesia. Independentemente das diferenças que temos sobre a dimensão e a tipologia desta nova unidade ou sobre quem deveria pagar a sua construção, numa coisa penso que convergimos. Será uma estrutura importante para a população do conselho e da freguesia que permitirá aliviar o já muito pressionado Hospital Amadora Sintra e assim queiram os responsáveis reforçar a capacidade da resposta da urgência básica de que já dispomos. Mas sejamos realistas, o futuro Hospital de



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

Proximidade Sintra não vai resolver os problemas que hoje existem na base da prestação de cuidados, não vai garantir mais acesso ao centro de saúde, ou seja, precisamos de uma ação mais efetiva ao nível dos cuidados primários. O Bloco de Esquerda entende que devem ser estudadas propostas e recomendada ao Executivo Camarário por esta Assembleia que possam contribuir para a fixação de médicos nesta freguesia e que melhorem as condições de acesso à saúde da população, nomeadamente e a título de exemplo, a disponibilização de alojamento municipal a título gratuito ou arrendamento apoiado para profissionais de saúde provenientes de fora do conselho de Sintra e áreas limítrofes durante os 3 primeiros anos após a aceitação de vaga no ACS de Sintra. O reforço dos mecanismos já existentes com a disponibilização de mais viaturas municipais e motoristas para a prestação de cuidados domiciliários e, claro, sempre a persecução das reivindicações junto do Governo para a criação de condições que incentivem a fixação de profissionais nos centros de saúde. Estas medidas já foram propostas em sede da Assembleia Municipal pelo Bloco de Esquerda em 22 de setembro de 2022 e infelizmente foram reprovadas. Relativamente ao tema da saúde na freguesia, o Bloco de Esquerda entende que se poderá ir mais longe propondo, nomeadamente, que sejam desenvolvidos programas de prevenção de comportamentos aditivos ou prevenção da utilização de drogas através da formação de um gabinete de cooperação com a junta de freguesia e desenvolvimento de parcerias com associações locais, a reivindicação de meios de higiene básicos a quem não os consegue pagar, nomeadamente os ligados à saúde menstrual e à sexualidade, com fornecimento de materiais de higiene íntima, pensos, tampões e meios anticoncecionais em articulação com as associações ligadas à área, gabinetes escolares, centros de saúde e associações locais. O desenvolvimento de maiores parcerias entre a junta de freguesia e o movimento associativo local, por forma a promover a prática de exercício físico para todos, desenvolvendo hábitos saudáveis nas pessoas e prevenindo doenças que podem ser evitadas. Ajuda-se o movimento associativo local e promove-se simultaneamente a saúde. Desenvolvimento de programas de promoção de literacia e saúde na comunidade, nas escolas e nas associações locais de trabalho e comércio. Ordenamento do espaço público para espaços promotores de saúde, espaços verdes, sebes entre estradas e passeios que sirvam de barreira para a retenção de carbono. Já foram dados alguns passos nesse sentido, mas há que reforçar as medidas de requalificação dos espaços, ordenar o estacionamento, reduzir a velocidade de circulação dentro do espaço urbano, promover a deslocação a pé e de bicicleta para as escolas e o comércio local. Sessões de educação nas universidades sénior, ERPI, centros de estruturas afins sobre temas como alimentação saudável, tabagismo, saúde oral, saúde mental, autovigilância e de sintomas, utilização dos cuidados de saúde. Promover ações de sensibilização para a alimentação saudável e exercício físico em



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

espaços públicos como escolas, feiras e centros comerciais, com avaliação de peso, altura e MC, aconselhamento em parceria com os centros de saúde. Reforçar a divulgação e informação dos programas de promoção de saúde e literacia de saúde e programas de ação social através dos canais próprios da junta de freguesia e das ações de comunidade. E reforçar as medidas de combate à exclusão social, uma vez que a saúde é fortemente condicionada por determinantes sociais e aí as autarquias podem e devem atuar. Por fim acrescentar que os seguros de saúde deixam de fora as pessoas com doenças mais graves e os mais velhos que são precisamente quem mais precisa de ajuda. Seguros a serem contratados por esta freguesia e que a autarquia possa pagar serão sempre serviços mínimos, além disso entregar a saúde aos privados é continuar a predação do SNS, é preciso apostar no SNS, dar um seguro de saúde às 40 mil pessoas sem médico de família iria custar um balúrdio a esta freguesia. Em conclusão devem aqui em sede de comissão de ação social e cuidados primários de saúde ser discutidas alternativas que ajudem a combater a falta de meios de saúde nesta freguesia e maneiras de promover a mesma. (...)” -----

O Vogal, Sr. Manuel Fernando da Silva Monteiro (CDU): -----

” (...). Sra. Presidente, o Orçamento de Estado para 2023 não teve os reflexos necessários em serviços públicos que atualmente se encontram sob pressão, como é o caso do Centro de Saúde de Algueirão Mem Martins. Continua a verificar-se que Sintra necessita de um hospital de plataforma B de forma a dar resposta às crescentes necessidades dos munícipes. Já todos começam a perceber que o Hospital de Proximidade de Sintra, que consome em 2024 cerca de 40,5% do investimento do Orçamento, não constitui uma solução definitiva e arrisca a tornar-se um problema caso o Ministério da Saúde não proceda rapidamente à contratação de médicos e outros técnicos para esta unidade. A Câmara assumiu uma responsabilidade que cabia ao Governo Central, demonstrando a falta de investimento existente, responsabilidade essa que a CDU está contra desde o primeiro momento e continua a estar. Estão a ser desviadas verbas em valor avultado que deveriam ser investidas no desenvolvimento do conselho, maiormente no que ao município diz respeito, e ao invés deixam-se de fazer esses investimentos para a Câmara Municipal de Sintra se substituir ao Governo e às suas competências. É preocupante o número de utentes sem médico de família na freguesia no conselho, sendo neste momento cerca de 28 mil utentes nesta situação na nossa freguesia, num total de mais de 44 mil. Tal cenário exige da Câmara e Assembleia Municipal de Sintra, da Junta e Assembleia de Freguesia de Algueirão Mem Martins, a contínua exigência, junto do Governo, da contratação de mais profissionais, médicos, enfermeiros, técnicos e administrativos e de investimento adequado nos meios. Para percebermos



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

esta situação bastará olhar para alguns números. Em relação aos profissionais de saúde, comparando a remuneração média mensal líquida e tendo em conta a perda do poder de compra entre 2011 e 2021, verifica-se que houve uma perda de 18,3% para os médicos, 10% para os enfermeiros, 9% para técnicos de diagnóstico e 22,8% para técnicos superiores de saúde. Percebe-se assim a fuga de profissionais do SNS causada pela política dos governos do PSD, do CDS e do PS. O PS, apesar de se reclamar de pai do SNS, tem faltado e muito às suas responsabilidades parentais. Com efeito, não conseguimos ver mais do que um tio afastado fazendo querer ser um seu grande protetor, anda a ver se consegue passar esta herança para os amigalhões que têm um plano em vista para ganhar muito dinheiro. Exemplo disso é o facto do Orçamento de Estado de 2023 contemplar apenas um aumento de 2,9% na despesa com pessoal, valor incompreensível tendo em conta as necessidades de contratação de mais profissionais e de valorização das carreiras. O PSD e o CDS afirmam defender o sistema e não o Serviço Nacional de Saúde. Isto não é mais do que financiar os privados com dinheiro público, enquanto a resposta deste sistema foi bem patente na recente crise pandémica, ou seja, ausência total de resposta. Sobre o Chega, a posição é muito clara. Passou, e passo a citar: *... da extinção do Ministério da Educação e da Escola Pública, assim como a redução do Serviço Nacional de Saúde, a atendimento de miseráveis que constavam no programa político do Chega em 2019, para referir, atualmente, uma saudável e livre concorrência entre público e privado.* Portanto, esta citação é retirada de um artigo do Diário Notícias, de 27 de 8 de 2021, com o título, CHEGA eclipse a distribuição da Escola Pública e do SNS do seu programa, e diz o Diário Notícias que tem a versão do programa antigo, onde se retira esta citação que acabei de fazer. Saudável concorrência que também é defendida pela Iniciativa Liberal. Basta ver um gráfico no seu programa para se entender que a famosa livre concorrência não é mais do que a dependência dos privados ao financiamento público, e depois entregarei na mesa esta intervenção, onde reproduzo esse gráfico, que está no programa da Iniciativa Liberal. O PCP integrado na CDU é a força política que continuará a defender o SNS como sempre fez, continua e continuará a fazer. Aos utentes cabe-lhes a mesma defesa, sou pena de andarem a votar naqueles que lhes têm retirado esta tão importante conquista de abril. Defender o SNS não é só reivindicar mais médicos de família e outros profissionais. Defender o SNS é também apoiar a luta dos profissionais do setor pela valorização dos seus salários e das suas carreiras, e também reivindicar mais equipamentos para as unidades de saúde, intermedias e de retaguarda. Defender o SNS é defender a nossa saúde democrática. (...)."

O Presidente, Sr. Valter Manuel Antunes Januário: -----



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

“ Eu confesso que não sei por onde começar. Confesso. Muito foi dito, muito foi lido e confesso que não sei por onde começar. Vou tentar. Vou primeiro fazer aqui duas ou três ressalvas que considero importantes. A primeira foi que este executivo e o executivo camarário nunca disseram que as condições e a falta de médicos ou o número de médicos existentes eram suficientes para suprimir as necessidades da população, sendo aqui no Algueirão, sendo no Cacém, sendo em Queluz. Nunca isso foi dito. Também é reconhecido, e se recordam, temos deputados municipais aqui, assessores de partidos também, que o próprio Presidente da Câmara, numa Assembleia Municipal, o disse, e teve a oportunidade de o dizer numa reunião que teve com o seu Ministro da Saúde, mostrou a sua preocupação pela falta de médicos no Conselho, pelo número de doentes ou utentes sem médico de família, e propôs inclusivamente uma solução que foi assumir a responsabilidade na despesa dos médicos de família em falta. E, portanto, isto é que são decisões a favor da população. Hoje aqui ouvimos de tudo, confesso. Vou dizer, vou falar um pouco das intervenções. Senhor João Santos, do IL, na realidade aquilo que me pareceu foi estar a ler um documento ou um discurso da Assembleia da República. Porque aquilo que falava era de governo, de orçamento de Estado. E aquilo que é mais curioso, que aquilo que deveria de saber, para no fundo advogar aqui, é que não sabe nenhum número. Na realidade todos os números que indicou da falta de médicos foi ao lado. Aliás, o senhor não sabe, por exemplo, que existem consultas de dia que podem ser marcadas no dia.... Está aqui a Dra. Margarida a corroborar daquilo que eu estou a dizer. Não sabe, por exemplo, que existem consulta dos agudos. E portanto toda a sua intervenção foi uma intervenção lida e que parecia que estava numa Comissão Especializada da Saúde na Assembleia da República. E depois termina dizendo uma coisa que eu confesso que fiquei contente de ouvir. Deixemos a ideologia de lado. O seu discurso, a sua intervenção, foi toda ela ideológica. Foi toda ela a versar o SNS versus saúde privada. Eu assim confesso que não lhe consigo dar qualquer resposta. Não consigo, porque há coisas que eu não domino. Não domino o Orçamento de Estado. Não domino os valores do Orçamento de Estado. Não domino, de facto, o quanto é que do Orçamento de Estado vai para a saúde. Mas há uma coisa que necessariamente percebi. Do tema específico, Centro de Saúde de Algueirão Mem Martins, pouco ou nada sabe. Mais grave, mas não fui o único. Também o admito. Mais grave, pouco ou nada sabe, nem teve preocupação em procurar. Porque quem vem aqui querer falar dos problemas da Freguesia de Algueirão Mem Martins, dos problemas do Centro de Saúde, vir falar de cor, vir falar baseado nem numa outra ideia, num ou outro discurso, sem saber na realidade o que se passa, não é, com toda a certeza, fazer o seu trabalho enquanto membro desta Assembleia de Freguesia. Mas não me cabe a mim, não me cabe a mim, fazer essa avaliação. Ela será feita, em devido tempo, pelos seus pares e, naturalmente, pela população. Depois, dizer o



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

seguinte. O Sr. Paulo Coelho, do Chega, dizer-lhe que, a determinada altura, achava que estava perante um membro da Comissão de Utentes. Mas depois tudo se estragou. Sr. Paulo, terei todo o prazer, se o Sr. me facultar esse inquérito, de o fazer chegar ao Diretor do ARSES. Porque discutir a saúde e o estado do Centro de Saúde, o Sr. nada disse. A única coisa que soube dizer, naturalmente, foi fazer perguntas às quais eu confesso que tenho uma incapacidade em responder. E isto não é, de forma alguma, uma modéstia da minha parte, mas é que eu não sei. Perguntou porque é que o sistema de marcação online não está a funcionar. Não consigo responder. Perguntou porque é que não se pode adquirir um equipamento informático mais adequado. Também não consigo responder. Perguntou melhores condições para os médicos e enfermeiros. Bom, tem um Centro de Saúde novo, adaptado à realidade de hoje. Depois, relativamente ao... Isto foi o que eu apanhei. Relativamente ao número de médicos de família, falou, na sua classificação, muito, poucos, inaceitáveis. Bom, quem é que faz o inquérito e põe inaceitáveis numa pergunta em relação aos médicos de família? Há que incongruências. Mas, de facto, desiludi-me, percebi que durante a sua intervenção também não fazia parte da comissão de utentes criada. Mas, achei estranho. Hoje acho estranho que o Sr. Manuel Monteiro, da CDU, tenha vindo dar aqui uma bicada ao Chega, logo hoje, que no Seixal, admitiram o Sr. Vereador Independente para que assumisse Pelouros ali no Bastião, no seu Bastião. E dizer o seguinte... E dizer o seguinte... (...). E dizer-lhe o seguinte.... Dizer-lhe que... Eu acho, primeiro não me cabe, e esqueci-me de dizer isto, não me cabe a mim fazer a defesa aqui do ARSES de Sintra. Não o faço. A informação que eu recolho, naturalmente, é informação para vos prestar, para vos dar. Como é natural e sabido, há muito para fazer. Há muitas vagas de médicos para preencher. (...). Dizer que o número de vagas... (...). Bom, dizer o seguinte, dizer que necessariamente que não cabe a mim fazer a defesa do aço, não faço, não quero, mas cabe a mim sim, ao contrário daquilo que dizem que eu não sou diligente, que não me preocupo, mas cabe a mim sim recolher a informação. E cabe aqui dizer, ao que parece uma enorme confusão, e possivelmente aqui a Dra. Margarida também saberá, que é o seguinte, de facto os números que apresentam a Helena e outras pessoas, o Sr. Manuel Monteiro, os números não estão corretos. Deixem-me lhes dizer o seguinte, (...), o edifício que todos consideramos como um centro de saúde, tem unidades de saúde familiar, nomeadamente, a unidade de saúde familiar da natividade, que por exemplo, não tem médicos, ou melhor, não tem número de, não tem utente sem médico de família. A de Dom Fernando, que também..." -----

A Presidente da Mesa, Sra. Maria de Lurdes Pedroso (PS): -----

" O Sr. Presidente, peço que conclua, por favor... Muito obrigada. Sem diálogo, por favor." -----



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

O Presidente, Sr. Valter Manuel Antunes Januário: -----

“ Bom, Sr. Presidente, eu registro, só que é registrar que o regimento vai ao encontro do princípio democrático, que é as bancadas podem vir aqui fazer intervenções, que são de uma comissão especializada da saúde da Assembleia da República, e eu que quero responder, que lhes quero dar informação, que vos quero dizer, não tenho essa oportunidade. Muito bem. É a democracia a falar e a funcionar. Mas deixem-me, continuando, deixem-me dizer-vos o seguinte, o número de utentes, pelas informações que tenho, os números de utentes sem médico de família são cerca de 27 mil. E a unidade do Centro de Saúde do Algueirão, que não contempla todos os utentes inscritos na freguesia da Algueirão Mem Martins, esse sim, é que tem cerca de 27 mil utentes sem médico de família atribuídos. Significa que existem, por exemplo, oito médicos de família que estão contratados, que não são a tempo inteiro, atenção, que estão oito médicos de família contratados para dar resposta e de suprimir estas necessidades. E dizer aqui o seguinte, dizer-vos que existe um erro, porque as pessoas vão ao primeiro dia útil de cada mês para terem uma consulta programada e muitas das vezes, aliás, na maior parte das vezes, nem é necessário. Porque, por exemplo, de acordo com a informação do ACES, em novembro e em dezembro, não tive a curiosidade de ver os meses anteriores, mas até ao final da última semana, haviam consultas livres e disponíveis para além, a doutora Margarida está a corroborar, para além das consultas que são possíveis de serem marcadas no próprio dia e também da chamada consulta de agudos. E portanto, eu, o senhor Manuel Monteiro, eu fico contente por saber uma coisa. É porque o senhor Manuel Monteiro deveria de partilhar aqui um pouco daquela vontade do IL em que deixemos a ideologia de lado para passarmos a agir, porque na realidade, é engraçado, ainda o hospital de Sintra não abriu e o senhor já está a dizer que não é suficiente para corresponder às necessidades. (...) Depois dizer-lhe o seguinte, percebo, percebo aquilo que pensa e percebo sobretudo porque o hospital do Seixal ainda hoje não saiu da maquete. E vou-lhe dizer porque é que falo do hospital do Seixal. Aliás, do futuro hospital do Seixal ou posso até dizer da maquete do hospital do Seixal. E vou-lhe dizer porquê. Porque as pessoas que pagam as suas contribuições, na realidade não querem saber quem é que faz o quê, quem é que constrói o quê. Tem razão, são obras que deverão ser feitas pelo Governo. Mas se o Governo neste momento não é capaz, por que razão não te será a Câmara a tomar a iniciativa? A população quer ver estas... E vejam esta discrepância no pensamento. Se por um lado é o Governo que tem que responder pelas questões dos hospitais, da construção, por outro tem que ser a Câmara e as autarquias a falar da questão dos médicos. Tem que existir alguma coerência no discurso e na intervenção. Aqui sim, aqui percebeu-se que era um membro da Comissão de Utentes a falar. Mas na realidade terão que



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

rever a forma de pensar. Porque se todos pensássemos da igual forma, felizmente que não, o hospital de Sintra ainda não seria uma realidade e se calhar não estaria em maquete. E dar-lhe ainda uma nota, que até a Helena referiu, é que este hospital de Sintra, para além de dar uma outra resposta às necessidades, espera-se que seja também, e está a ser construído e está a ser feito para isso, para que seja também um hospital universitário. E é esta a importância. Eu sei. Eu sei que para alguns isto nada diz, mas para a população do Seixal também o hospital também nada diz. Dizer-vos ainda o seguinte, por último, se ainda tiver tempo, das intervenções que eu mais gostei foi naturalmente da doutora Margarida Brígida e dizer-lhe o seguinte, estamos cá para construir. E portanto, se me permite, e se me der essa possibilidade, amanhã mesmo falarei com o diretor do ACES no sentido de promovermos uma reunião com a junta de freguesia, consigo, e com o próprio Gonçalo Envia, com o doutor Gonçalo Envia, no sentido de fazermos um trabalho naquilo que são, naquilo que falou dos cuidados primários. Estamos abertos, disponíveis, e percebi na sua intervenção que tem essa vontade e nós também. Nós também temos essa vontade e quero e quis, no fundo, na minha intervenção, chamar à coação estes dois depoimentos, ou as intervenções da Helene e da Margarida, porque de alguma forma responderam àquilo que foi, ou responderam à pergunta que esta Assembleia quis fazer. O estado de saúde, mas mais importante do que isso, o que fazer, como melhorar, o que construir. Porque falar é fácil, ler intervenções da Assembleia da República também o é, mas a verdade é que criar condições e soluções, aí as coisas são um pouco mais difíceis. Quero também, por último, e que não o fiz, por lapso meu, agradecer-vos o adiar da Assembleia para que o Executivo pudesse incluir nesta Assembleia alguns pontos para discussão. E por último, e é mesmo último, cumprimentar, não sei se Palmira, que aqui está, dirigente do Mem Martins Sport Club, e também vi cá o Sr. Presidente, mas não estou a vê-lo, mas saudar-vos e agradecer-vos, em primeiro lugar, o trabalho que fazem na freguesia, em prol da freguesia, em segundo, a cedência deste espaço, em terceiro, não querendo fazer publicidade, mas elogiar a peça de teatro que têm em cena, e de vos convidar a todos para terem a oportunidade de virem assistir a uma peça de teatro, para virem ver o que é que as associações fazem, sem necessidade de marcação de reuniões, mas virem ver o que as associações fazem no seu dia-a-dia, e o Mem Martins, e o clube de teatro do Mem Martins Sport Clube, é um bom exemplo.” -----

O Vogal, Sr. João Filipe Esteves dos Santos (IL): -----

” Muito obrigado. Sr. Presidente, eu fiz o trabalho de casa. Estive, conjuntamente com colegas meus, no dia 21 de novembro de 2022, numa reunião com o diretor da ACES, onde nós tivemos a oportunidade de ter essas informações que eu tive na minha apresentação, que qualifica da



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

Assembleia da República, que é um elogio. Muito obrigado. Agora.... Tenho pouco tempo, só diria uma coisa. Desejava saber... Tem mais um minuto. Só mais um minuto. O que eu vejo é que, e aqui concordo com o meu companheiro vogal, Sr. Monteiro, que já qualificou-o de Calimero, e realmente vivi-mos 20 minutos de Calimero. Veio fazer comentários sobre as intervenções e não sabemos o que é que acha da saúde em Mem Martins. Se está bem, se não está bem, se concorda com o diagnóstico, se acha que há médicos a mais, a menos, enfermeiros a mais, a menos. A minha mãe tem 76 anos e está aqui neste Centro de Saúde e vive todos os dias o que todos os fregueses vivem. Por isso, pode fazer as considerações que desejar sobre mim, sobre as minhas intervenções, gosta muito de picar pessoalmente, mas só se queixa de que é difícil o trabalho. Venham para aqui, vão ver o que é que é necessário. Se é assim tão difícil, demita-se. Você foi eleito para isso, estava à espera do quê? (...). “ -----

A Vogal, Sra. Amália Rosa Rato Alfaface Santos (INDEPENDENTE): -----

“ (...). Eu antes de mais, e também indo daqui ao encontro das palavras do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, eu queria referir que as 300 camas que nós referimos serem necessárias para o hospital, não somos nós que mencionámos esse valor, esse número é indicado precisamente pelo Ministério da Saúde, portanto não inventámos esse número, nós não temos normalmente esse hábito de inventar números, portanto isso a nós não se aplica de todo. Queria também ainda fazer uma referência, que o que está em causa aqui hoje e nesta Assembleia Extraordinária de Freguesia, é a saúde de Algueirão Mem Martins e não o hospital do Seixal, que reiteradamente o Sr. Presidente vem sempre fazendo referência a esse hospital. Como todos bem sabem, em Sintra, o PS na figura do Sr. Presidente da Câmara de Sintra, o Dr. Basílio Horta, quis substituir ao Poder Central para fazer face obviamente a uma necessidade da população, e até ele quis fazer um brilhareto utilizando o dinheiro que é de todos nós contribuintes para a construção de um hospital. Sem querer emitir qualquer juízo de valor, que nem é isso que está aqui em causa hoje nesta Assembleia, ele quis fazer um brilhareto, muito bem, quis fazê-lo, façam. Agora não pode, contudo, querer que nós aprovemos, nós CDU, que aprovemos essa decisão, e como tal continuamos a contestar esse hospital que de toda irá servir a população. De qualquer forma nem se tem causa, mas também de uma vez por todas não vem aqui ser citado o Hospital do Seixal, quando sabemos perfeitamente que não pertence à Câmara do Seixal criar essa infraestrutura. De todo modo, o que me traz aqui não é isso, isso é só aqui um pequeno considerando que acho que convém também realçar. O que me traz aqui é uma deliberação, ou pedido de deliberação que deixaria a consideração e que então queria passar a ler. Ora, deliberação, ou proposta de deliberação, que chamamos assim, considerando que no Orçamento



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

de Estado 2023 pelo Serviço Nacional de Saúde está previsto um aumento da despesa com pessoal de apenas 2,9%, valor manifestamente insuficiente para dar resposta à necessidade da revisão das carreiras e do recrutamento de profissionais na área da saúde. As aquisições de bens e serviços representam 55% do orçamento do SNS, segunda estimativa inscrita no Orçamento de Estado 2023. Considerando também que foi recentemente divulgado que no último concurso para a colocação de médicos de Medicina Geral e Familiar existiram, no entanto, mais candidatos que vagas, existem 196 vagas e 212 candidatos. Ora, como se pode ver, ainda há mais candidatos, apesar de nem todos estarem a fugir para o setor privado, há mais candidatos do que vagas, não se compreende também muito bem. Existem mais de 28 mil, o Sr. Presidente disse que é 27 mil, o valor ronda mesmo os 28 mil utentes sem médico de família na freguesia. A Assembleia de Freguesia delibera o seguinte, instar a Junta de Freguesia a interceder junto do Governo pelo reforço do orçamento na saúde, nomeadamente no que respeita à contratação de profissionais e investimento em equipamentos, revertendo a lógica de transferência de recursos para o sistema privado por forma a garantir o acesso da população ao serviço público de saúde. Se aprovada esta deliberação, deverá ser enviada ao Ministério da Saúde, à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal de Sintra, Comunicação Social Local e Nacional.” -----

O Vogal, Sr. Paulo Jorge Alves Coelho (CH) : -----

“ (...). Só fazendo aqui uma pequena consideração às palavras do Sr. Presidente, não vejo qual é a dificuldade nas perguntas que eu fiz. Fiz uma pergunta diretamente ao Sr. Presidente da Junta e ao Sr. Utente e freguês de Algueirão Mem Martins sobre o que é que acha das filas de espera para o atendimento. Não vejo qual é a dificuldade. Perguntei também o que acha da ideia de colocar mais cadeiras nas instalações para evitar que as pessoas estejam na rua. Não vejo qual é a dificuldade. Perguntei também diretamente o que acha de abrir o piso superior para que os utentes já registados possam subir e libertar o espaço no piso inferior. Não vejo qual é a dificuldade. O que acha de se adquirir novo equipamento informático ou melhor equipamento informático mais adequado às necessidades. Também não vejo qual é a dificuldade. Estou a perguntar diretamente ao utente, ao freguês e ao Sr. Presidente da Junta. Simples. (...). -----

A Vogal, Sra. Ana Sofia Fernandes Bettencourt (PSD): -----

“ (...). Agradecer de facto o debate que aqui travámos e que de alguma forma nos leva a uma aceitação. Nós temos um problema ao nível dos cuidados de saúde primários na nossa freguesia de acesso aos cuidados de saúde primários e temos um Presidente da Junta que em vez de responder às questões e de se colocar ao lado de todos nós vem aqui de alguma forma brincar



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

com as intervenções que fizemos. Eu devo dizer que da parte do PSD estamos objetivamente disponíveis tal como foi a intervenção que aqui fizemos de encontrar soluções naquilo que é uma missão do poder local de estar próximo das populações e encontrar medidas que atenuem as dificuldades sentidas. Mas não deixa de ser verdade que quando aqui apresentámos moções para estas questões relativamente àquilo que é o reforço necessário e para instar e demonstrar a necessidade que temos de um reforço na área da saúde o PS sempre as votou contra. E eu gostava aqui de dizer que também o Sr. Presidente que veio aqui dizer eu nunca disse que estava bem, veio dizer que estava tudo bem. E esse é que é o problema. O Sr. Presidente confunde cuidados de saúde primários e a UCSP que é aquela de que nós tanto falamos relativamente àquilo que são as 28 mil pessoas que não têm acesso a médico de família onde eu me incluo necessariamente há anos, não tenho há 30. Mas estes problemas não são de hoje. Nós já tínhamos chegado a essa conclusão que isto tem mais de 20 anos e estávamos todos contentes porque temos um equipamento novo de centro de saúde que tem uma capacidade instalada grande não tem capacidade para as pessoas ainda. Elas ficam cá fora à chuva e isso é verdade. Estamos fartos de instar a junta para tentar resolver junto da Câmara para lá pôr alguma questão para aquelas pessoas que lá têm de ir todos os meses. É verdade que não tem sido fácil essa solução. Mas então encontramos meios para solucionar porque eu penso que a saúde não tem cor política. Nós sabemos hoje que vai haver mais um hospital privado no nosso conselho. O que isto tem feito é um acréscimo enorme da corrida aos cuidados de saúde e aos seguros de saúde privados. Agora, não deixa de ser verdade que todos os indicadores socioeconómicos nos revelam que a nossa freguesia está a ficar para trás em tantos sentidos. Ora, a saúde e os cuidados primários de saúde esta prevenção da doença são tão necessários. Nós temos cada vez mais famílias monoparentais, cada vez mais pessoas em particular mulheres sozinhas com mais de 65 anos, a quem temos de acudir. E este papel da junta de freguesia que disse sempre que não tinha nada nada nada com os serviços primários de saúde hoje pela intervenção da bancada do Partido Social Democrático no início ficou a perceber o quanto pode e deve fazer em matéria de cuidados de saúde primários. E se para isso serviu esta Assembleia, já serviu de muito e, portanto, estamos completamente disponíveis para a reunião que o Sr. Presidente entendeu, temos então muita pena que a doutora Margarida Brígido não tenha sido eleita Presidente da Junta de Freguesia do Algueirão-Mem Martins. (...)."

A Vogal, Sra. Ana Paula Serra Rodrigues Vieira (CDS-PP): -----

" (...). É só para recordar o Sr. Presidente da Junta que fez o favor de responder a algumas questões apresentadas pelas restantes bancadas que intervieram, mas a bancada do CDS não



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

obteve respostas relativamente a o que é que está a fazer para solucionar a questão das filas de espera? Já sei que não é responsável pela falta de médicos, mas é responsável por dar conforto a quem infelizmente tem que ficar horas ao vento, à chuva, ao frio, ao sol, que muitas vezes sem condições de saúde para tal, aos nossos fregueses, que esse realmente deveria ser a sua preocupação.” -----

O Presidente, Sr. Valter Manuel Antunes Januário: -----

“ (...). Dizer duas ou três coisas. Em relação ao Sr. Paulo Coelho. Eu não consigo dar-lhe respostas do ponto de vista logístico, não estou na direção do ACES, não estou no ACES, e portanto não lhe consigo e parece-me a mim que essas questões, sem dúvida pertinentes, fogem um pouco aqui à matéria em discussão. E vou-lhe dizer, se não percebe, em relação às perguntas, sim, tem toda a razão. Devemos ter um equipamento informático mais adaptado, correto. Devemos ter mais cadeiras disponíveis, certo. Devemos ter mais médicos, correto. Portanto, são perguntas lá para a *lapa lica* e que eu lhe respondo, sim, é correto. Agora, sinceramente, são as questões que o coloca fogem necessariamente àquilo que eu considero o âmbito deste ponto. E dizer, se não percebe, com toda a certeza não sou eu que lhe vou conseguir fazer entender. E por manifesta incapacidade minha, acredite. Agora, se não percebe o âmbito daquilo que está aqui em discussão, também seguramente que não serei eu. Relativamente à Sra. Ana Paula, do CDS, por acaso, não comentei a sua intervenção e, permita-me, porque os dados estavam incorretos, não foi uma intervenção que eu... não é que não merecesse a minha resposta, mas que eu não consegui fazer qualquer apontamento. E dizer que, de facto, nós tivemos primeiro o espaço não é nosso, mas nós não temos com a Câmara, na tentativa de se colocar um telheiro lá, coisa que não é possível por causa do edifício e da autoria do edifício. Ou seja, o arquiteto tem que autorizar a colocação de um telheiro que suporte, porque altera o projeto, primeiro. E segundo, os técnicos da Câmara disseram-me que não era uma solução, (...). Encaminhei-a para a Câmara de imediato, para que se encontrasse uma solução para essa questão. Depois, dizer em relação à CDU. Sra. Amélia, eu falo do Hospital de Seixal da mesma forma que vocês falam do Governo. Eu falo do Hospital de Seixal da mesma forma que vocês falam da Câmara. Aquilo que está aqui em discussão é as diferenças de atitude em relação aos problemas da população. É tão somente isto. “ -----

A Presidenta da Mesa, Sra. Maria de Lurdes Tomás Alves Pedroso (PS): -----

“Sr. Presidente, queira concluir, por favor.” -----



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

O Presidente, Sr. Valter Manuel Antunes Januário: -----

“Eu não percebo, sinceramente. Eu ouço intervenções de 10 minutos, de 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 bancadas. Portanto, 70 minutos. E só tenho 10 minutos para fazer uma intervenção. Aqui é que é a justiça. Ora, tenho 20, pronto, mas tenho que falar de 70 minutos de intervenção. Boa!” -----

A Presidenta da Mesa, Sra. Maria de Lurdes Tomás Alves Pedroso (PS): -----

“Neste momento já está com 17 segundos.” -----

O Presidente, Sr. Valter Manuel Antunes Januário: -----

“Pronto, muito bem. Então, eu ia dizer o seguinte. Eu percebo que não gostem que se fale do Hospital de Seixal. Percebo isso. Porque, na realidade, o Hospital de Seixal nunca vai deixar de ser uma maquete. Aquilo que vocês tanto defendem nunca vai deixar de ser uma maquete. E a população não quer saber se a responsabilidade é do Governo, se é da Câmara. O que a população quer é um hospital. (...). E quando vocês não perceberem isso, vocês vão perceber que cada vez mais, eleição após eleição, estão a reduzir o número de eleitos. Mas isso é um problema vosso. Depois... (...) Depois, em relação à intervenção da Sofia Bettencourt. Dizer que, de longe, brincar com as intervenções. De longe, posso utilizar figuras de estilo, posso utilizar metáforas, mas de longe, de longe, brincar com as intervenções. Agora, não queiram que eu responda de forma correta, quando, na realidade, existem intervenções que, claramente, não estudaram a matéria. Que vêm aqui apenas para intervir, para se ouvirem e para que o público, de alguma forma, possa dizer que fizeram uma intervenção bonita. Porque de conteúdo, zero. E, portanto, em relação a essas, naturalmente, que eu utilizo, utilizei, utilize e utilizarei as figuras de estilo. De uma coisa podem ter consciência. Nunca brincarei, porque tenho enorme respeito a esta Assembleia de Freguesia, porque fui autarca nesta Assembleia de Freguesia, durante duas dezenas de anos, e porque respeitava quem aqui estava. E dizer ainda mais. Percebo a vossa angústia de a Margarida Brígido não ter sido eleita. (...). Quero dizer-vos o seguinte. Porque a população, no momento da votação, soube em quem fez trabalho por esta freguesia. É porque não foi este executivo, com meia dúzia de concursos de ideias, que era uma mão cheia de nada, resolveu enganar alguém. E dizer-vos o seguinte. Foi com três vitórias que o PS mostrou o trabalho que fez e se a população continuar atenta ao trabalho, dará uma quarta consecutiva.” -----

A Vogal, Sra. Ana Paula Serra Rodrigues Vieira (CDS-PP): -----

“ (...). Era só para tentar aqui esclarecer, ou pelo menos buscar esclarecimento relativamente a



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

uma afirmação aqui feita pelo Sr. Presidente. Sobre a minha intervenção em que o arquiteto não autoriza a colocação de um telheiro ou de uma proteção. Eu não sei até que ponto é que isso é possível, mas há sempre soluções para tudo. Desde que haja vontade para resolver, nem que seja montar uma tenda de campanha para dar abrigo e conforto aos utentes, às centenas de utentes que esperam à porta todos os meses.” -----

----- **A PRESIDENTE DA MESA, SRA. MARIA DE LURDES TOMÁS ALVES PEDROSO (PS)**, deu início à análise do **PONTO 2 – Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 010/2023, relativa à 1.ª Alteração Modificativa à receita e despesa e 1.ª Alteração Modificativa ao PPA**, dando a palavra a quem se quis pronunciar: -----

O Presidente, Sr. Valter Manuel Antunes Januário: -----

“ (...). Esta alteração modificativa quer em relação à despesa quer em relação à receita traduz-se no seguinte. Essencialmente na incorporação neste orçamento das verbas dos pontos imediatamente seguintes. Sublinhando ou enfatizando. O acréscimo ao crêscimo do valor da verba relativamente aos somais no lado da despesa e da receita. Os 30 mil euros relativamente ou melhor relativos à autorização do contrato interadministrativo de colaboração entre o município de Sintra e a Câmara e o município de Sintra e a Junta de Freguesia, no âmbito da ação social os 30 mil euros de apoio alimentar. Também na questão da celebração do protocolo entre a Direção-Geral de Inserção e Serviços Prisionais. Portanto as alterações aqui previstas estão relacionadas com os documentos que adiante esta Assembleia se irá pronunciar e votar. Sra. Presidente, não posso deixar de manifestar aqui uma consideração. E se me permite fora deste âmbito e peço imensa desculpa a esta Assembleia. Mas não me parece minimamente justo nem democrático que cada uma das bancadas tenha 10 minutos de intervenção por cada membro. E que o Executivo apenas tenha 10 minutos de resposta. Quero dizer-vos o seguinte, necessariamente e peço a esta Assembleia, aos membros que fazem, que têm a Conferência de Líderes e tudo mais, que corrijam esta situação porque das duas uma, ou viram que o Presidente tem uma capacidade de síntese muito grande ou então não querem deixar falar o Presidente. (...)” -----

O Vogal, Sr. Manuel Fernando da Silva Monteiro (CDU): -----

“ (...). Bom, então só aqui um esclarecimento relativamente aqui à verba de 7.316 euros para o contrato de programa que iremos votar a seguir. Mas, portanto, aqui na proposta da Sra. Tesoureira, este valor é retirado à rubrica de espaços verdes e equipamentos, parques infantis e polidesportivos. A minha questão é, todos nós sabemos como é que estão os parques infantis e



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

os polidesportivos, que medidas é que vão ser tomadas ou que estão pensadas para compensar este trabalho. Portanto, ou seja, a retirada do dinheiro para este trabalho, que é tão importante tendo em conta o estado degradado em que estão a maioria dos parques infantis e alguns polidesportivos que só têm um nome, não é? Por exemplo, há um na Tapada das Mercês, que tem uma vedação magnífica, mas lá dentro não tem nada, zero, nem uma baliza, nem um traço no chão. Portanto, se não vão retirar o dinheiro dessa rubrica, gostava de saber como é que isso vai ser compensado.” -----

O Vogal, Sr. Bruno Faivre dos Santos Lopes (PSD): -----

” (...). Em relação a este ponto, a bancada do PSD percebe que esta alteração modificativa tem por base a necessidade de introduzir as verbas que os contratos interadministrativos com a Câmara vieram a consagrar recentemente. Não deixamos de lamentar é que estes contratos com a Câmara não tivessem sido possíveis de apresentar antes da proposta de orçamento da Junta de Freguesia, portanto, em dezembro do ano passado. Não obstante, há uma alteração que tem por base uma proposta do próprio Executivo e sobre esta temos algumas divergências de forma. Uma das justificações para a alteração apresentada na orgânica administração geral pessoal no valor de 7.316€ pensamos ser o protocolo que irá ser votado e o Sr. Presidente ainda há pouco fez referência que aquilo que estava nestas alterações seriam votados a seguir os referidos protocolos, portanto, será o protocolo com os serviços prisionais. Ora, para o reforço desta rubrica o Executivo retira a verba disponível da rubrica do espaço público e equipamento, mais concretamente, dos parques infantis e polidesportivos. Tendo noção que a Junta de Freguesia tem pecado por defeito na manutenção dos parques infantis existentes na nossa freguesia e dos polidesportivos, uma área fundamental para a bancada do PSD e que temos vindo também a chamar a atenção do Executivo, entendemos que a verba nunca deveria ser retirada desta rubrica e sim retirada de uma rubrica referente ao trabalho que vai ser efetuado pelos elementos ou pelos presos que vêm exercer as funções na freguesia e que no protocolo refere que é manutenção geral, higiene pública, limpeza e de coveiro. Não resta dúvida que há necessidade de a Junta fazer mais parques infantis, como o do bairro Nova Imagem que tarda, e de manter em melhores condições os equipamentos da nossa freguesia. Julgamos que também, obviamente, e por força desta proposta, a Junta de Freguesia está a assumir que mais uma vez não será capaz de executar a verba que inscreve para os espaços públicos e parques. Está, em fevereiro, a assumir que voltará a chegar ao final deste ano, como chegou em 2022, que é a data da sua última informação escrita, da última Assembleia, que tem data de 25 de novembro, a execução só tinha chegado aos 34% para a área dos parques infantis. Um ano e só conseguiu executar um terço.



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

Lamentavelmente, só poderá ser isto. (...).” -----

A Vogal, Sra. Ana Paula Serra Rodrigues Vieira (CDS-PP): -----

“ (...). Eu também tinha anotado algo como o que o Vogal Bruno Lopes acabou de fazer referência. Acrescento, porém, que esta retirada de verbas do espaço público, nomeadamente de parques infantis, tem um preço muito elevado. E na questão dos parques infantis, particularmente porque são dedicados ao futuro da freguesia, que são as nossas crianças e que têm que ser tratadas muito bem. Também, não só, mas também. E isso faz-me lembrar uma publicação que há uns dias correu no sítio da Junta de Freguesia, que foi a requalificação da Rua das Hortas, que vimos na Assembleia anterior retirado também 100 mil euros de uma rubrica que foi encerrada. Foram retirados 100 mil euros ao Parque Intergeracional, que nós também tivemos a oportunidade de fazer intervenção sobre isso, porque não estamos de acordo que o parque... e foi apontado e inclusive foram enumerados os decretos-leis, respetivas alíneas, do incumprimento da situação. Foi retirada essa verba para ser precisamente aplicada na requalificação da Rua das Hortas. Será que a Rua das Hortas, da maneira como está e ficou, pelo menos é público, foi publicado, custou 100 mil euros? O trabalho que ali foi feito e que nós podemos... que está visível, portanto, também não está em condições. Aquele parque não está em condições. Tem lá um candeeiro? Tem. Não sei se funciona, queremos acreditar que sim. Bebedouro? Não tem. O ensombramento? Não tem. Recipiente para colocação do lixo? Não tem. O piso do próprio parque infantil continua a ser desadequado porque a lei obriga a ser outro. E reiteradamente este executivo continua a incumprir nessas questões das acessibilidades e daquilo que é correto. E nós estamos a falar das crianças da nossa freguesia, retirar estes euros de uma rubrica... este mais 7.000 euros a uma rubrica que é de um parque infantil para aplicar numa outra situação que, independentemente de estar ou não de acordo com isso, deveria estar a ser retirada da higiene urbana e não de um espaço público, de manutenção dos espaços públicos onde os parques infantis estão inseridos. Não me parece bem. (...).” -----

O Vogal, Sr. João Filipe Esteves dos Santos (IL): -----

” Acho que já foram feitas aqui várias perguntas iguais, (...) vou tentar não repetir. A minha pergunta vai mesmo para a alocação dos 7.316 euros que é sob o protocolo da reinserção. Esse valor vai pagar exatamente o quê? Salários, vai pagar vestuário, gostava mesmo de saber qual é exatamente essa verba. Além disso, os custos de transporte dos reclusos e se há vencimento, de onde vai sair essa verba? (...).” -----

-



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

O Presidente, Sr. Valter Manuel Antunes Januário: -----

" (...). A questão dos 7.000 euros que são retirados no espaço público, e mais especificamente o valor que é retirado da verba, diz respeito ao seguinte. No fundo, e para simplificar, isto foi uma ginástica orçamental, em que, como sabem, a receita tem que ser igual à despesa, e retirámos dessa rubrica porque entendemos que até abril não vamos necessitar desse dinheiro. Em abril, com a incorporação de saldo ou com a conta de gerência, nós vamos alocar esse dinheiro que foi agora retirado. Portanto, ou seja, não é necessariamente um valor que nós estamos a retirar da manutenção do espaço público, até porque não seria possível. Antes, pelo contrário, estamos é naquilo que nós hoje temos. Isto tem a ver com gestão. Tem a ver com a gestão do nosso trabalho. Ou seja, aquilo que hoje nós perspetivamos até em abril, achamos que esse valor que retiramos dessa rubrica não vai ser necessário. Em abril, se tudo ocorrer como perspetivamos e esta Assembleia aprovar a conta de gerência, esse valor será incluído nessa rubrica e, portanto, não vai haver alterações. Aliás, na questão dos polidesportivos ou dos parques infantis, deixe-me dizer o seguinte. Falou da Tapada e tem toda a razão. Infelizmente, o único espaço que a Tapada tem é o Parque Joséfa de Óbidos. Estamos neste momento e já entregámos na Câmara uma alteração a esse parque para que possa... O único parque que a Tapada das Mercês tem digno de se chamar de parque é o Parque Joséfa de Óbidos, que é um parque que inclusivamente nós, pela mão do arquiteto Hugo, já fez chegar à Câmara uma alteração, por exemplo, para se incluir um parque infantil nesse espaço e de existir uma verdadeira remodelação e requalificação desse espaço. Porque, na realidade, se há local onde a carência é mais significativa, é na Tapada das Mercês. Mas não lhe dou a razão de barato. E onde estava a CDU enquanto estive nos executivos? Onde é que estava a CDU? (...). E depois, deixem-me dizer-vos o seguinte. Depois, e lamento que a Sofia Bettencourt não tivesse estado presente a ouvir as intervenções, porque depois fazem intervenções que a única resposta que eu posso dar é com figuras de estilo. Nós não retirámos 100 mil euros ao Parque Intergeracional. Nós não retirámos 100 mil euros ao Parque Intergeracional. Essa rubrica estava mal incluída no orçamento e foi retirada. Sabe porquê? Porque o Parque Intergeracional, Mem Martins Poente, foi feito. Nós não retirámos o dinheiro... Pronto, é na sua opinião, minha senhora. No Parque, o Parque Intergeracional foi feito, o dinheiro foi investido nesse espaço e não foi feito nenhum investimento, ou nós não alocámos, e se alocássemos alguma coisa de estranho, seria, nós não alocámos 100 mil euros para o espaço que foi feito... (...). Em Casal da Mata. E depois dizer, reparem, é que de facto aquilo que acontece é retirámos, retirámos a verba e deu esta intervenção, aliás, o Bruno Lopes, que no momento em que era do Executivo, tinha taxas de execução orçamental altíssimas, veio hoje falar



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

das taxas de execução. Não, não era verdade, mas esse foi o teu tempo, esse foi o teu tempo. E agora dizer-vos, aquilo trata-se apenas e tão só de uma gestão do orçamento, de uma ginástica orçamental, se aquilo quiserem entender, retirámos apenas para termos este valor disponível na despesa e afeta a este protocolo. Tem a ver, e dando resposta ao IL, está relacionado naturalmente, e como está no protocolo, tem a ver com as remunerações dos reclusos. (...).” -----

A Vogal, Sra. Ana Paula Serra Rodrigues Vieira (CDS-PP): -----

“ (...). É só para esclarecer outra vez, porque isto, se calhar, não me faz entender. Não é a minha opinião que os parques estão ilegais, é a lei que o diz, e eu tenho aqui, já foi anunciada na Assembleia anterior, já foi feita essa informação na Assembleia de Junho também, e, portanto, não é a minha opinião, é a lei que a diz. E também, sobre isso, na última Assembleia, foram pedidos os relatórios sobre todos os parques e espaços de lazer e recreio da freguesia, e até hoje ainda estou à espera disso. Portanto, se realmente está tudo bem, façam-me chegar os relatórios. (...)” -----

----- **A PRESIDENTE DA MESA, SRA. MARIA DE LURDES TOMÁS ALVES PEDROSO (PS)**, colocou à **VOTAÇÃO** o **PONTO 2** - *Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 010/2023, relativa à 1.ª Alteração Modificativa à receita e despesa e 1.ª Alteração Modificativa ao PPA.* -----

VOTAÇÃO: -----

APROVADA POR MAIORIA. -----

A FAVOR: **11** (onze) votos - **08** (oito) PS; **02** (dois) CDU e **01** (um) BE. -----

CONTRA: **00** (zero) votos. -----

ABSTENÇÕES: **10** (dez) votos. **04** (quatro) PSD; **02** (dois) CDS-PP; **02** (dois) CH; **01** (um) IL e **01** (um) PAN. -----

----- **A PRESIDENTE DA MESA, SRA. MARIA DE LURDES TOMÁS ALVES PEDROSO (PS)**, deu início à análise do **PONTO 3** - *Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 002/2023, relativa à autorização de celebração de protocolo de colaboração com a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais*, dando a palavra a quem se quis pronunciar: -----

O Vogal, Sr. Manuel Fernando da Silva Monteiro (CDU): -----

“ (...). O Sr. Presidente, eu pretendia aqui dois ou três esclarecimentos relativamente a este protocolo. Embora, provavelmente, saiba já as respostas, mas como não está aqui escrito, gostaria de as ouvir, que não por mim. A primeira é a seguinte, os reclusos que venham a ser



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

objeto deste protocolo fazem o de livre vontade ou são nomeados, vamos à parada, tu e tu vais para o Algueirão-Mem Martins. Gostava de saber se sabe isso, porque é importante, na minha opinião. A outra questão é relativamente ao horário, das nove às dezassete para uma hora para o almoço? Tal como os trabalhadores da junta não têm pausas, também, essas pessoas que vêm desenvolver este trabalho, se nos pode adiantar alguma coisa relativamente a trabalhos concretos que vão ser distribuídos a estas pessoas. (...). -----

O Presidente, Sr. Valter Manuel Antunes Januário: -----

" (...). E depois não querem que eu utilize figuras de estilo? Não. Sr. Manuel, os reclusos são naturalmente entrevistados pelo sistema prisional. Nós também temos uma palavra, naturalmente temos uma palavra a dizer. Em relação às pausas, não vou comentar. Eu não posso utilizar figuras de estilo e vocês podem, é justo. Portanto, nem vou comentar e dizer-lhe que eles serão naturalmente alocados de acordo com a sua experiência profissional, de acordo com o seu currículo e de acordo com as necessidades da junta de freguesia. Concretizando que é para não pensar que se nós precisarmos de um pintor não vamos recrutar um cozinheiro. (...). -----

----- **A PRESIDENTE DA MESA, SRA. MARIA DE LURDES TOMÁS ALVES PEDROSO (PS)**, colocou à **VOTAÇÃO** o **PONTO 3** - *Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 002/2023, relativa à autorização de celebração de protocolo de colaboração com a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.* -----

VOTAÇÃO: -----

APROVADA POR MAIORIA. -----

A FAVOR: **20** (vinte) votos - **08** (oito) PS; **04** (quatro) PSD; **02** (dois) CDS-PP; **02** (dois) CDU; **02** (dois) CH; **01** (um) BE e **01** (um) PAN. -----

CONTRA: **00** (zero) votos. -----

ABSTENÇÕES: **01** (um) voto. **01** (um) IL -----

----- **A PRESIDENTE DA MESA, SRA. MARIA DE LURDES TOMÁS ALVES PEDROSO (PS)**, deu início à análise do **PONTO 4** - *Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 006/2023, relativa ao "Apoio à aquisição de gás engarrafado pelos consumidores domésticos beneficiários de tarifa social de energia elétrica ou das prestações sociais mínimas, dando a palavra a quem se quis pronunciar:* -----

O Vogal, Sr. João Filipe Esteves dos Santos (IL): -----



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

" (...). No protocolo, nos documentos que nos foram facultados, existe uma débito de 1,5€ a favor da junta por cada garrafa. Gostava de saber exatamente o que é que essa verba corresponde. Aparentemente isso foi assinado em novembro de 2022 e abrange as garrafas compradas entre setembro e dezembro de 2022. Estamos em fevereiro. Gostava de saber como é que as pessoas vão beneficiar disso? Algumas se calhar não ficaram com as faturas. Como é que vão comprovar que compraram duas, três garrafas ou é automático por terem gás engarrafado em casa? Porquê que não foi feito antes, ou seja, isto apresentado em agosto para que fosse logo abrangido para as datas que foram aqui apresentadas? Porquê sempre a reboque e não terem previsto isto antes? (...)". -----

A Vogal, Sra. Isabel Sofia Mota Fonseca Cardoso (INDEPENDENTE): -----

" (...). Sobre este ponto de apoio às bilhas de gás em complemento ao que dissemos na última reunião desta Assembleia, ratificaremos o presente acordo que a Junta de Freguesia fez porque mantemos a nossa interpretação de que é mesmo necessário que todos estes acordos e protocolos sejam aprovados pela Assembleia que é o que a lei determina. Neste caso, independentemente de qualquer argumentação, entendemos que não há qualquer possibilidade de assim não o fazer, uma vez que é um contrato de adição, ou seja, mesmo que as juntas associadas da Associação Nacional de Freguesias não estão obrigadas a aderir ao programa, apenas aderem se quiserem e é essa autorização que estamos aqui hoje a ratificar. No entanto, existe agora uma nova novidade neste programa. O Governo veio informar que o Programa de Apoio "Bilha Solidária" é o prolongamento até esgotar a verba de 3 milhões que tem disponível. Ora, a decisão do Governo foi comunicada nos órgãos de comunicação social no dia 1 de fevereiro, com a informação de ter sido feito um aditamento ao protocolo assinado entre o Ministério do Ambiente e a Associação Nacional de Freguesias. Ora bem, como é que estamos a aprovar ainda? O que estamos a aprovar é relativo ao ano de 2022. Perguntamos se a Junta de Freguesia já aprovou a adesão ao prolongamento da medida do apoio e, se sim, quando? Este que estamos a ratificar terminou a sua vigência a 31 de dezembro de 2022, pelo que terá de vir nova proposta a esta Assembleia e o Executivo podia ter pedido aos partidos para que esse ponto fosse incluído nesta ordem e o assunto ficava tratado, mas, mais uma vez, não o fez porquê? Aproveitamos também para questionar, ao abrigo deste Programa de Apoio, quantos apoios é que foram aprovados e concedidos até ao momento? Que divulgação é que se fez na Junta de Freguesia? Sabemos que, dos 3 milhões disponibilizados no fundo, apenas foram distribuídos 243.830 euros pelas 1590 Juntas de Freguesia que aderiram. Tendo noção de que a nossa população mais vulnerável e envelhecida, nomeadamente na parte do Algueirão, ainda usa muito



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

gás engarrafado e, em fase de muitos relatos que recebemos, julgamos que a maioria desconhecerá a existência deste apoio. Daí que o trabalho de divulgação é fundamental. Propomos que a Junta de Freguesia faça a sua divulgação junto de todo o movimento associativo, instituições da freguesia, para que possam também dar nota desta possibilidade aos seus associados e utentes. (...). -----

O Presidente, Sr. Valter Manuel Antunes Januário: -----

" (...). Bom, dar nota de que este documento veio à Assembleia, não porque nós não acreditamos naquilo que são as opiniões dos nossos serviços e, portanto, era uma pretensão vossa e assim o fizemos e, na realidade, quem pode o menos pode o mais e, portanto, era uma pretensão vossa que esse documento viesse à Assembleia. Atenção, nós tínhamos documentado que não era necessário. Se é esse o vosso entendimento, não víamos, aliás, foi isso que eu vos transmiti em conversa, não vimos mal em que o documento viesse à Assembleia. Relativamente ao aditamento a este programa. Ora bem, nós não conseguíamos fazer porque fomos notificados, aliás, como disse, foi dia 1 que fomos informados, fomos notificados na sexta-feira, dia 3, e, portanto, já tínhamos enviado toda a correspondência para a Assembleia de Freguesia e, portanto, não o fizemos e mais, neste momento e, como sabe, antes de vir à Assembleia de Freguesia terá que ir a reunião de executivo e, portanto, esse documento ainda nem sequer foi a reunião de executivo. Vamos tratá-lo rapidamente, da forma mais célebre possível, porque, como sabem, também os dias que temos que respeitar para as Assembleias são alguns e, portanto, naturalmente, possivelmente no final de fevereiro, ao início de março, teremos nova Assembleia para ratificar, ou melhor, para discutir, aprovar esse ponto. Relativamente a 1,5€, é por candidatura, ou seja, uma candidatura é um agregado familiar que solicita esse apoio mediante o preenchimento de requisitos e, portanto, não é por bilha de gás e traduz-se no trabalho que a Junta tem a inscrever esse agregado numa plataforma e, portanto, todo o trabalho que é inerente ao trabalho da Junta. (...)." -----

----- **A PRESIDENTE DA MESA, SRA. MARIA DE LURDES TOMÁS ALVES PEDROSO (PS),** colocou à **VOTAÇÃO** o **PONTO 4 - *Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 006/2023, relativa ao "Apoio à aquisição de gás engarrafado pelos consumidores domésticos beneficiários de tarifa social de energia elétrica ou das prestações sociais mínimas.*** -----

VOTAÇÃO: -----

APROVADA POR UNANIMIDADE. -----

A FAVOR: 21 (vinte) votos - 08 (oito) PS; 04 (quatro) PSD; 02 (dois) CDS-PP; 02 (dois) CDU; 02



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

(dois) CH; 01 (um) BE; 01 (um) IL e 01 (um) PAN. -----

CONTRA: 00 (zero) votos. -----

ABSTENÇÕES: 00 (zero) votos. -----

----- A PRESIDENTE DA MESA, SRA. MARIA DE LURDES TOMÁS ALVES PEDROSO (PS), deu início à análise do **PONTO 5 - *Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 007/2023, relativa à autorização de celebração da 3.ª modificação do Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Sintra, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra e a Freguesia de AMM – Limpeza Pública e Recolha de Resíduos***, dando a palavra a quem se quis pronunciar: -----

O Vogal, Sr. Bruno Faivre dos Santos Lopes (PSD): -----

" (...). Em relação a este contrato interadministrativo de colaboração, o reforço do contrato de 20 mil euros acha que é suficiente, senhor Presidente? É que continuamos a ver a nossa freguesia com lixo acumulado por todo o lado, não se vêm grandes melhorias naquilo que diz respeito à higiene pública, para o PSD o valor do contrato interadministrativo não é suficiente, se a nossa freguesia é a maior do conselho no que diz respeito ao número de habitantes, quer dizer que temos mais pessoas a produzir lixo de diversas formas, quer sejam lixos domésticos, sejam monos, sobrantes vegetais ou de qualquer outra forma, a título de exemplo a freguesia de Casal de Câmara que tem uma área de 2,4 km² e 13 mil habitantes recebe o mesmo que a nossa freguesia que tem 5 vezes mais habitantes e uma área territorial bem maior, 7 vezes mais. Acha que é normal termos o mesmo valor que uma freguesia bem mais pequena? Não o vemos na Assembleia Municipal a defender os interesses da nossa freguesia e este assunto é de interesse da freguesia de Algueirão Mem Martins, o Sr. Presidente na Assembleia Municipal não representa o partido que representa nesta Assembleia, o PS, mas sim a freguesia, nunca o ouvimos sobre esta questão, levantar qualquer tipo de dúvida ou até apresentar qualquer tipo de problema nesta matéria no âmbito da Assembleia Municipal, se este acréscimo de valor ao contrato de programa é para si suficiente, cobra as necessidades da nossa freguesia, cá estaremos para lhe demonstrar que não o é, que a junta de freguesia não poderia aceitar esta forma igualitária de contratos interadministrativos e ao aceitar sem que tenha marcado posição pública, assegura que consegue fazer o serviço que a Câmara transfere, é isto, e por ser isto nós lamentamos, mas não estamos de acordo, a junta de freguesia tinha a mesma verba desde o início, não conseguiu dar resposta, houve uma renegociação e o aumento é apenas este e igual para todas as 11 freguesias do Conselho, independentemente de cada especificidade de cada freguesia, não concordamos. (...).



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

O Presidente, Sr. Valter Manuel Antunes Januário: -----

“ (...). Bom, em primeiro lugar, essa adenda ao contrato é para fazer fácil o aumento dos custos que as freguesias de freguesia têm, com a questão do aumento do salário mínimo nacional, com a questão do aumento dos combustíveis, enfim, com todos os aumentos que existiram e existem. Depois, não pode dizer que o Presidente de Junta não defende a freguesia. Deixo-lhe dizer que deu um exemplo, não podia ter dado pior exemplo, é que a Casal de Câmara tem 4 ruas, nós temos 2 carros ao serviço no âmbito desse protocolo e, por exemplo, Casal de Câmara só tem um. O que foi igual foi o aumento, o aditamento, em virtude do aumento das despesas e, portanto, o exemplo que dá não lhe podia ter saído o tiro pela culatra, mas tem toda a razão, não sabe e, portanto, sabe e veio aqui reivindicar e fez muito bem. E dizer o seguinte, dizer-lhe que o lixo, por exemplo, poderia dizer, e aí eu até equacionaria, que por exemplo, Casal de Câmara que tem, sei lá, 5, 6 metros quadrados e nós temos 16, cerca de 17 metros quadrados, quilómetros quadrados de território, e aí tudo bem. A realidade é que nós, em relação com as outras juntas de freguesia, não sentimos tamanha diferença. Mais, recordar-lhe que esse protocolo é um protocolo de ajuda, de apoio, de auxílio aos serviços dos SMAS. Não é um protocolo em que vem a competência toda para a junta de freguesia. É que são diferenças abismais, porque uma coisa seria se o protocolo fosse, ou melhor, se fosse uma cedência da competência para a junta de freguesia. E aquilo que está subjacente a esse protocolo é a ajuda, o apoio da junta de freguesia, a uma competência que é dos SMAS. Temos aqui uma diferença significativa daquilo que é o alicerce do protocolo. (...)” --

A Vogal, Sra. Ana Sofia Fernandes Bettencourt (PSD): -----

“ (...). Era só para dizer que o Sr. Presidente, na intervenção que fez, que muito agradecemos, veio corroborar a intervenção que o Partido Social Democrata fez. Então, o que é que o Sr. Presidente veio aqui dizer? Veio dizer que em casal de Câmara existe um carro e recebe 20 mil euros. Na freguesia de Algueirão Mem Martins existem dois e recebem um acréscimo de 20 mil euros, com a justificação de que isto é para os aumentos das despesas que tiveram com as gasolinas e bem. Mas pronto, então, é isso. Nós não estamos satisfeitos com o facto de sermos tratados iguais às outras freguesias, porque de facto não somos. No território existem diversas realidades, diversos tipos e tamanhos de territórios, diverso número de população. Nós somos a freguesia mais urbana do país e nesta área, independentemente do auxílio que seja aos SMAS, aquilo que é que viemos dizer é que o protocolo com a Câmara devia estar com reforço substancial e atender àquilo que são as realidades concretas de cada freguesia. (...)” -----



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

O Presidente, Sr. Valter Manuel Antunes Januário: -----

“ (...). Mas primeiro deverá Sofia, olhar para o primeiro protocolo, para o primeiro contrato interadministrativo em que a junta de freguesia de Casal de Câmara apenas tem um carro e nós temos dois. Não tenho presente, confesso, de quanto é que foi o valor atribuído a Casal de Câmara relativamente aos aumentos. Agora, o que me importa é que, atendendo à situação, e posso-vos dizer que cada carro recolhe cerca de 2 toneladas por dia de lixo, atendendo que a competência não é nossa e atendendo que estamos próximos da TratoLixo, que é o local onde é depositado este material, atendendo que temos uma freguesia grande, mas que não é tão grande, por exemplo, como Belas e Queluz, ou que não necessita de fazer o trajeto como Belas e Queluz, atendemos que o reforço dos 20 mil euros são necessários e suficientes para o acréscimo desses valores. E vou-lhe dizer já, porque nessa matéria reivindicativa, muito ficaram aquém no momento em que foram a governação, porque durante anos e anos, pouco ou nada foi feito nesta freguesia. Olhe, começando pelo mandato do Hernâni. (...)” -----

A Vogal, Sra. Ana Sofia Fernandes Bettencourt (PSD): -----

“ (...). Antes de contar para o tempo, eu quero fazer um ponto de ordem à mesa, para tentar aqui explicar. A metodologia que a Conferência de Líderes deliberou para esta Assembleia são 20 minutos para o total dos 5 pontos que temos em discussão, que são geridos pelas bancadas. E o que eu quero dizer, Sra. Presidente, é que não tendo a bancada do Partido Social Democrata esgotado, ou nenhuma outra, os seus 20 minutos dos tempos, e, portanto, teriam de ter todas as bancadas esgotadas os 20 minutos, a Sra. Presidente, antes de entrar num período de votação, tem de perguntar se mais alguma bancada quer intervir no ponto. É esta a questão. Terminado que está o ponto de ordem à mesa sobre a condição dos trabalhos, gostaria então agora de falar no seguimento da intervenção do Sr. Presidente. Eu acho que há aqui uma noção que passei a ter e não tinha. O Sr. Presidente considera que as verbas que estão atribuídas no protocolo, no contrato interadministrativo, são as suficientes para termos uma boa recolha de monos e de lixo na freguesia. É isto que hoje aqui ficou claro. Pena é que no concreto nós não a temos na freguesia. Essa é a nossa tristeza e mantemos a posição que tivemos desde o início. (...)” -----

O Presidente, Sr. Valter Manuel Antunes Januário: -----

“ (...). Oh Sofia, pode utilizar outros argumentos, mas não colocar palavras naquilo que eu não disse. Eu não disse que são suficientes para resolver o problema. Aliás, disse, inclusivamente, que a competência não era nossa. A competência é dos SMAS em que nós damos apoio através desse contrato. Sofia é bem mais hábil, tem muito mais experiência, sabe muito mais do que



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

colocar palavras na minha boca. E, portanto, não o faça porque eu nunca disse isso. Aliás, é um déficit que nós temos. Se quer que eu lhe diga, posso dizer na Assembleia. É um défice que nós temos. É um défice, ainda que se retire cerca de 4 toneladas de monos todos os dias, não tem sido suficiente. E temos estudado com os SMAS, nós todas juntas, temos estudado com os SMAS outras soluções, nomeadamente a questão dos espaços de recolha em que as pessoas, os cidadãos, possam lá ir depositar livremente e sem ônus. E, portanto, nunca disse, nunca disse, e não coloco palavras na minha boca, nunca disse isso. Aliás, reconheço que as coisas não estão a 100%, nem estão a 80%. Agora, tem muito mais habilidade para intervir, questionar, interpolar, do que colocar palavras na minha boca. (...). -----

A Vogal, Sra. Ana Sofia Fernandes Bettencourt (PSD): -----

“(…). Sra. Presidente. Bem, para eu mesmo agradecer as palavras e o incentivo relativamente às minhas capacidades, mas dizer-lhe o seguinte, Sr. Presidente. A sua frase foi, por dia recolhemos duas tomadas, o lixo, estamos próximos da TratoLixo e, portanto, o reforço de 20 mil euros são suficientes. Muitos ficaram aquém nos vossos mandatos, nomeadamente no Sr. Hernâni.” -----

O Presidente, Sr. Valter Manuel Antunes Januário: -----

“(…). Bem, mais uma vez, Sofia, tem habilidade mais do que suficiente do que fazer isso. Tirar um excerto da intervenção e apenas referir-se àquilo que lhe interessa não faz sentido. Disse que o valor deste contrato, o aumento deste contrato, se refere ao aumento dos valores com o pessoal, com a gasolina e com tudo mais. São aumentos inerentes que foram durante o decorrente e, portanto, esses 20 mil euros servem para cobrir, de alguma forma, o aumento das despesas com que nós tivemos. Nunca disse aquilo que acabou de o fazer, ainda que tenha escrito e bem. Fico contente por isso, por perceber que tem essa preocupação e, se quiser, até lhe dou autógrafo. Mas, mais, refaça a reprodução na totalidade, não parcial.” -----

A Vogal, Sra. Ana Sofia Fernandes Bettencourt (PSD): -----

“(…). Eu devo dizer que eu tenho uma capacidade grande de escrever. Já disse aqui várias vezes que escrevo quase na totalidade aquilo que são as intervenções do Sr. Presidente e, portanto, tenho essa capacidade. E uma capacidade, para além disso, de as reproduzir na exata medida que o Sr. Presidente aqui as anunciou. Agora, o Sr. Presidente pode ter alguma dificuldade em muitas vezes aqui, transmitir uma coisa que não é aquilo que pensa e isso é outra dimensão. Agora, hoje em dia é fácil, porque isto está tudo gravado e, portanto, todos nós podemos ir ouvir aquilo que foi dito, mas percebemos, então, que, afinal, as verbas não são suficientes.” -----



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

O Presidente, Sr. Valter Manuel Antunes Januário: -----

“ (...). Já disse, se lhe faz feliz, não, o valor não é suficiente para resolvermos o assunto. Mas isso já o tinha dito. Mas isso já o tinha dito. Portanto, e mais, mas também a competência não é nossa. Também já o tinha dito. Pronto. E, então, significa que o que eu disse foi, faça a transcrição na íntegra e terei todo o prazer em responder. Nunca disse que esse valor era insuficiente. Não quero brincar com, aí é que a Sofia está a brincar, não quero brincar com as palavras porque, na realidade, nunca disse que o valor era suficiente. Portanto, o que eu disse foi que é suficiente para cobrir os aumentos. Não é suficiente, e todos nós reconhecemos, não vale a pena, não é suficiente para dar uma resposta à quantidade de monos que existem na freguesia e que existem no Conselho. Mas também já lhe disse, mas não quero ouvir, que a competência não é nossa, que nós, através deste contrato, apenas temos como objetivo ajudar, apoiar os SMAS naquilo que é a execução dessa tarefa que é da sua competência.” -----

----- **A PRESIDENTE DA MESA, SRA. MARIA DE LURDES TOMÁS ALVES PEDROSO (PS)**, colocou à **VOTAÇÃO** o **PONTO 5** - *Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 007/2023, relativa à autorização de celebração da 3.ª modificação do Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Sintra, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra e a Freguesia de AMM – Limpeza Pública e Recolha de Resíduos.* -----

VOTAÇÃO: -----

APROVADA POR MAIORIA. -----

A FAVOR: **11** (onze) votos - **08** (oito) PS; **02** (dois) CDU e **01** (um) BE. -----

CONTRA: **00** (zero) votos. -----

ABSTENÇÕES: **10** (dez) votos - **04** (quatro) PSD; **02** (dois) CDS-PP; **02** (dois); CH **01** (um) e IL **01** (um) PAN -----

A Vogal, Sra. Ana Sofia Fernandes Bettencourt (PSD): -----

“ (...). É só para dizer que entregaremos uma declaração de voto para ser anexa à deliberação.” -----

----- **A PRESIDENTE DA MESA, SRA. MARIA DE LURDES TOMÁS ALVES PEDROSO (PS)**, deu início à análise do **PONTO 6** - *Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 008/2023, relativa à autorização de celebração de Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Sintra e a Freguesia de AMM, no âmbito da Ação Social*, dando a palavra a quem se quis pronunciar: -----



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

O Vogal, Sr. João Filipe Esteves dos Santos (IL): -----

" (...). Eu só queria saber como é que vão ser distribuídos os cabazes e qual é o valor máximo por pessoa ou agregado familiar?" -----

A Vogal, Sra. Ana Sofia Fernandes Bettencourt (PSD): -----

" (...). Dizer que este protocolo que a Câmara vem agora fazer e bem, na nossa opinião, de reforço de verbas da área da ação social para cabazes na freguesia, penso que depois entrarão nas rubricas e nos regulamentos que a freguesia tem aprovados, é de extrema importância para a nossa freguesia. Não deixamos, no entanto, aqui dizer, apesar de neste protocolo em concreto a freguesia de Algueirão ser a freguesia que mais verba tem disponibilizada de todas, é a freguesia que mais consegue apoio, são 30 mil euros, mas na realidade a fórmula que o Executivo Camarário encontrou para fazer esta atribuição de verbas também nos parece curta, que tem a ver só com o critério de população. E eu penso que também aqui devia haver uma modelação em que os Senhores Presidentes de Junta e os Executivos deviam ter maior atenção às questões propriamente concretas do território e não ser 5 mil euros por cada 10 mil habitantes. É a nossa opinião. " -----

O Presidente, Sr. Valter Manuel Antunes Januário: -----

" (...). Sr. João, não lhe consigo responder, esse é um apoio que é essa verba transferida para a Junta. A Junta naturalmente que irá fazer aquilo que tem feito dentro dos critérios que existem na ação social, e, portanto, são critérios que são utilizados também na segurança social, portanto não é nada que não seja público. Agora são critérios já definidos pelas técnicas, conhecidos, e portanto são elas é que atribuirão de acordo com os requisitos que existem. Agora não lhe consigo dizer, não lhe consigo dizer, mas um é por exemplo a questão do rendimento, das despesas das pessoas, do número de pessoas no agregado familiar, portanto é essa a base, se quiser amanhã posso lhe enviar um e-mail dando-lhe o cálculo que é utilizado na Junta de freguesia. Depois dizer à Sofia, afinal existe o critério, pode não concordar, mas afinal existem critérios em que se distinguem as freguesias pelo seu número de população. Neste considerou-se que deveria desistir, ainda que na sua opinião que não é suficiente, depois disso, toda a verba que venha para a freguesia ou para a junta nunca será suficiente, e considero eu. E portanto, aí existe o critério diferenciador entre as freguesias." -----

A Vogal, Sra. Ana Sofia Fernandes Bettencourt (PSD): -----



Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

" (...) hoje com o Sr. Presidente da Junta de facto estou aqui com um problema com a questão dos critérios. O que nós dizemos é que o município de Sintra tem diversas realidades. Estes contratos interadministrativos, sejam eles de que tipo for, têm de olhar e atender às realidades concretas de cada território. O que eu acabei por dizer foi que, neste caso em concreto, de todas as 11 freguesias, nós somos, mediante o critério simplista que a Câmara aplicou, como é de 5 mil euros por cada 10 mil habitantes, até a um determinado nível de habitantes, a partir daí não há mais critério, mas na realidade nos parece simplista, devia ser cruzado com outro tipo de critérios para então podermos de facto ir ao encontro das populações mais desfavorecidas. Isto quer dizer que, eventualmente, e eu posso estar aqui a dizer uma coisa que nos vai prejudicar do ponto de vista da receita, mas o que importa aqui é mesmo chegar a estas pessoas que nesta fase estão de facto a ter maiores dificuldades. E por isso fiz uma sugestão que eu entendia que os Presidentes de Junta, no seu global, independentemente da força partidária, deviam encontrar uma forma para atender à realidade concreta das pessoas no território." -----

----- A PRESIDENTE DA MESA, SRA. MARIA DE LURDES TOMÁS ALVES PEDROSO (PS), colocou à **VOTAÇÃO** o **PONTO 6** - *Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 148/2022, relativa aos documentos previsionais para o ano 2023, assim como o mapa de pessoal dos serviços instruído com o Plano Anual de Recrutamento, subscrita pela Tesoureira, Helena Nabais Campos Marques.* -----

VOTAÇÃO: -----

APROVADA POR UNANIMIDADE. -----

A FAVOR: **21** (vinte) votos - **08** (oito) PS; **04** (quatro) PSD; **02** (dois) CDS-PP; **02** (dois) CDU; **02** (dois) CH; **01** (um) BE; **01** (um) IL e **01** (um) PAN. -----

CONTRA: **00** (zero) votos. -----

ABSTENÇÕES: **00** (zero) votos. -----

----- A PRESIDENTE DA MESA, SRA. MARIA DE LURDES TOMÁS ALVES PEDROSO (PS), deu a palavra ao 2.º Secretário, Sr. Paulo Alexandre Pereira de Carvalho (PS), que procedeu à leitura da ata em minuta para apreciação e votação. -----

APROVADA POR UNANIMIDADE. -----

A FAVOR: **21** (vinte) votos - **08** (oito) PS; **04** (quatro) PSD; **02** (dois) CDS-PP; **02** (dois) CDU; **02** (dois) CH; **01** (um) BE; **01** (um) IL e **01** (um) PAN. -----

CONTRA: **00** (zero) votos. -----

ABSTENÇÕES: **00** (zero) votos. -----



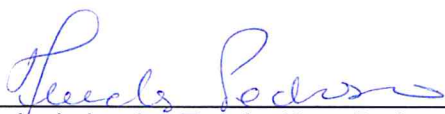
Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

----- Esta ata contém 46 (quarenta e seis) páginas. -----

----- A PRESIDENTE DA MESA, SRA. MARIA DE LURDES TOMÁS ALVES PEDROSO (PS), deu por encerrada a sessão pelas 23h20. -----

----- Algueirão - Mem Martins aos vinte e cinco dias do mês de abril ano dois mil e vinte e três.

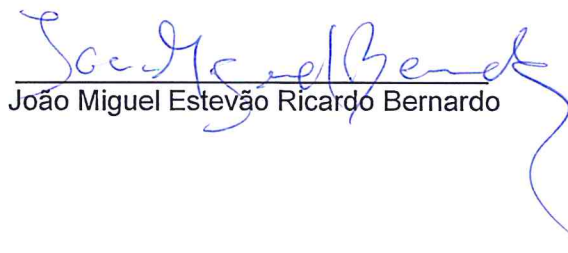
A PRESIDENTE DA MESA


Maria de Lurdes Tomás Alves Pedrosa

O 1º SECRETÁRIO


Paulo Alexandre Pereira de Carvalho

O 2º SECRETÁRIO


João Miguel Estevão Ricardo Bernardo